



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

KARLEISON COELHO DA PAIXÃO

**ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES RACIAIS: O PROJETO NÓS
PROPOMOS COMO INTERVENÇÃO METODOLÓGICA PARA O RESGATE
DA CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLA DE VILA NOVA JUTAÍ – BREU BRANCO PA.**

Marabá/PA

2019

KARLEISON COELHO DA PAIXÃO

**ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES RACIAIS: O PROJETO NÓS
PROPOMOS COMO INTERVENÇÃO METODOLÓGICA PARA O RESGATE
DA CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLA DE VILA NOVA JUTAÍ – BREU BRANCO PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para a obtenção do título de
Graduação em Licenciatura em Geografia
da Universidade Federal do Sul e Sudeste
do Pará, elaborado sob a orientação do
Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de
Souza.

Marabá/PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Paixão, Karleison Coelho da

Ensino de geografia e as relações raciais: o projeto nós propomos como intervenção metodológica para o resgate da cultura e identidade na comunidade remanescente quilombola de Vila Nova Jutai – Breu Branco PA / Karleison Coelho da Paixão ; orientador, Marcus Vinicius Mariano de Souza. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura em Geografia, Marabá, 2019.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Quilombolas. 3. Aprendizagem. 4. Identidade social. 5. Relações raciais - Estudo e ensino. 6. Cultura afro-brasileira - Preservação. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 910.7

KARLEISON COELHO DA PAIXÃO

**ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES RACIAIS: O PROJETO NÓS
PROPOMOS COMO INTERVENÇÃO METODOLÓGICA PARA O RESGATE
DA CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLA DE VILA NOVA JUTAÍ – BREU BRANCO PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de
Graduação em Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Sul
e Sudeste do Pará

Aprovado em: / 12/ 2019

Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza (ICH/FGEO/UNIFESSPA)
(Orientador)

Prof. Dr. Robson Alves dos Santos (ICH/FGEO/UNIFESSPA)
(Examinador 1)

Prof. Dr. Karla Leandro Rascke (ICH/FAHIST/UNIFESSPA)
(Examinador 2)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem sua graça e misericórdia jamais conseguiria, nos momentos mais difíceis ele sempre me dá sustento e me presenteia com suas bênçãos.

Aos meus pais, Karlicherme Pinto da Paixão e Marinalva Moreira Coelho, por todo amor e carinho, e mesmo nas adversidades jamais desistiram de mim proporcionar uma boa criação. Amo vocês!!!

A minha namorada Monique de Pádua Vieira, por me mostrar o verdadeiro significado de companheirismos e cumplicidade pois, sem você nem mesmo começado o curso eu teria, obrigado por todo amor, apoio e carinho a mim depositado todos esses anos. Te amo!!!

Aos meus amigos e companheiros de caminhada, Dionel Junior, Josieliton Alves, Kennedy Coelho, Marley Trajano e Vinicius Vieira, por me mostrarem que amizade vai muito além de palavras.

Aos meus irmãos Klicia Coelho, Laiane Coelho, Kaique Coelho e Késsia Coelho, minha base.

Aos meu orientador Marcus Vinicius por todo apoio, carinho e dedicação a mim atribuído ao longo desta caminhada, serei sempre seu admirador como pessoa e profissional que és, e por toda confiança depositada a mim e a minha pesquisa.

Aos meus professores (ras) (Robson Alves, Abraão Mascarenhas, Gustavo Silva, Marcelo Gaudêncio e os demais componentes da faculdade de geografia), por mim mostrarem a geografia por uma ótica que jamais imaginei ver, sem vocês esta instituição jamais teria uma geografia de “excelência”.

Aos meus parentes paternos e maternos que me apoiaram direto e indiretamente. Aos meus amigos (da faculdade, da igreja, do futebol, do exército, da escola, de Jutá) e aos que marabá me deu.

Aos profissionais da Escola Jutá, na pessoa de seu diretor, Raileidson da Cunha, e o professor de geografia Jusicley Bezerra, a professora Eli Vieira, a professora Naia Pinto, ao professor Rosimário Lima, os alunos do 9ª ano A que participaram do projeto e a todos os profissionais que em meio as dificuldades e limitações, não deixam de desenvolver uma educação de excelência, a vocês dedico minha admiração e respeito, como ex aluno e agora companheiro de profissão.

A AFROBRAJU, na pessoa do atual presidente José Moreira e ao corpo de colaboradores desta comissão, não somente como também, a Prof.^a Ana Célia do Espírito Santo Santana e a todos que contribuíram direto e indiretamente para que esta associação se erguesse, deixo aqui meus agradecimentos.

A esta renomada instituição por toda confiança e apoio ao longo destes anos caminhados, aos colaboradores da PROEX na pessoa do professor Augusto Severo, por todo suporte recebido.

Ao meu avô Benedito Farias Coelho
(*in memoriam*), por me ensinar o
verdadeiro significado de luta, amor e
humildade, serei eternamente grato.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo encontrar os problemas da comunidade relacionados a perda de cultura e identidade quilombola, elaborar e apresentar possíveis propostas de solução, através do ensino de geografia como intervenção metodológica do “Projeto Nós Propomos” na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutaí – Breu Branco/PA, através da EMEIEF Jutaí, o projeto foi desenvolvido juntamente aos alunos do 9º ano A do ensino fundamental. A pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico, execução do projeto, elaboração de questionário e formulário e entrevistas. Logo após da implantação do projeto, foi possível identificar a perda de cultura e identidade na comunidade quilombola como um problema pertinente e recorrente dos processos históricos de formação que a vila passou. A partir daí foram elaborados formulários aplicados em forma de entrevista em estudos do meio pelos alunos aos moradores da comunidade, com o propósito de entender o que os mesmos acham a respeito. Juntamente, alunos e moradores, elaboraram possíveis propostas de soluções para este problema, onde deveria haver um espaço que fomentasse a preservação e continuidade a cultura e identidade quilombola na comunidade. Essa proposta foi materializada a partir da produção de uma maquete, representando o espaço construído em discussões com os moradores e alunos, posteriormente sendo apresentada a comunidade juntamente a um terreno vazio onde possivelmente possa ser construído este espaço. O projeto desenvolve a interação do aluno com o seu espaço vivido, possibilitando um olhar crítico e científico sobre este espaço e os elementos que o compõe, onde o mesmo assumindo o papel de cidadão atuante na sociedade, agora possui autonomia para opinar sobre os elementos que se manifestam onde ele vive.

Palavras-chaves: Ensino de geografia e as relações raciais. Projeto Nós Propomos. Comunidade Quilombola.

ABSTRACT

The present work aimed to find the community problems related to the loss of quilombola culture and identity, to elaborate and present possible solutions, through the teaching of geography as a methodological intervention of the “We Propose Project” in the Quilombola Remnant Community of Vila Nova Jutáí. - Breu Branco / PA, through EMEIEF Jutáí, the project was developed together with students of 9th grade A of elementary school. The research was based on bibliographic survey, project execution, questionnaire and form elaboration, environment study and interviews. Soon after the implementation of the project, it was possible to identify the loss of culture and identity in the quilombola community as a relevant and recurrent problem of the historical processes of formation that the village went through. From then on, forms were applied as interviews in the middle studies by the students to the community residents, with the purpose of understanding what they think about them. Together, students and residents made possible proposals for solutions to this problem, where there should be a space that would foster the preservation and continuity of quilombola culture and identity in the community. This proposal was materialized from the production of a model, representing the space built in discussions with residents and students, later being presented to the community along an empty ground where this space could possibly be built. The project develops the student's interaction with his lived space, enabling a critical and scientific look at this space and the elements that compose it, where he assuming the role of citizen acting in society, now has autonomy to opine on the elements that manifest where he lives.

Keywords: Geography teaching and race relations. Project We Propose. Quilombola community.

LISTA DE INLUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização de Vila Nova Jutai.....	36
Figura 2: Desenho da antiga Vila Jutai na Ilha Grande.....	38
Figura 3: Moradores migrando para as margens seguras do Rio Tocantins.....	40
Figura 4: Começo da Vila Nova, trabalho em mutirão.....	41
Figura 5: Antiga Escola Raimundo Ribeiro de Souza – localizada na atual Vila Nova Jutai.....	44
Figura 6: Escola Municipal de Educação Infantil Ensino Fundamental “Jutai”, atual escola da comunidade.....	45
Figura 7: Mapa de localização da EMEIEF Jutai.....	46
Figura 8: Imagens estruturais internas da escola Jutai.....	47
Figura 9: Atividades agrícolas e pesqueiras na comunidade.....	49
Figura 10: Produção da farinha de mandioca na comunidade.....	50
Figura 11: Fabricação da farinha de mandioca e o ritual quilombola denominado “Cunvidado”	51
Figura 12: Produção dos instrumentos do samba de cacete e apresentação do samba de cacete na comunidade.....	52
Figura 13: Imagens de moradores descendentes e remanescentes de escravos que vivem na vila.....	54
Figura 14: Esquema estrutural do Projeto Nós Propomos/órgãos públicos e privados.....	60
Figura 15: Imagens do Projeto Nós Propomos desenvolvido na Escola Municipal “Deuzuita Melo de Albuquerque” em Marabá/PA 2018.....	61
Figura 16: Imagens do Projeto Nós Propomos nas redes sociais.....	62
Figura 17: Esquema relacionando ensino de geografia, cotidiano do aluno e Projeto Nós Propomos.....	63
Figura 18: Aplicação do questionário para a turma do 9º ano A.....	67
Figura 19: Confecção dos formulários e aplicação aos moradores da comunidade.....	69
Figura 20: Confecção da maquete.....	70
Figura 21: Maquete representado o espaço que fomentasse a cultura quilombola na/da vila confeccionado pelos alunos do 9º ano junto aos moradores da vila.....	71
Figura 22: Terreno vazio onde possivelmente o espaço poderia ser construído.....	73

Figura 23: Apresentação das propostas das possíveis soluções dos problemas encontrados na CRQ Vila Nova Jutai.....73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolas, matrículas e professores quilombolas no Brasil.....	25
Tabela 2: Comunidades remanescentes de quilombos na região amazônica brasileira.....	33
Tabela 3: Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cronograma do projeto.....	68
Quadro 2: Tabela com os espaços criados e representados na maquete e suas finalidades.....	72

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Resultado do questionário aplicado na turma do 9º ano A.....68

LISTA DE SIGLAS

AFROBRAJU - Associação Afro-Brasileira de Jutai.

CNE - Conselho Nacional de Educação.

CRQs - Comunidades Remanescentes Quilombolas.

DASQ - Dados Agenda Social Quilombola.

EMEIEF - Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jutai.

IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

ITERPA - Instituto de Terras do Pará.

LEURB - Laboratório de Estudos Urbanos.

MEC - Ministério da Educação.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático.

PPP - Plano Político Pedagógico.

PROBLEMA 1 Perda da identidade e cultura quilombola na comunidade.

UFT - Universidade Federal do Tocantins.

UNIFESSPA- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 O ensino de geografia e as relações raciais.....	18
1.2 A lei 10.639/3 e o ensino de geografia.....	18
1.3 O ensino de geografia e as relações raciais, uma análise contemporânea.....	21
1.4 O ensino de geografia e as relações raciais: influências na educação quilombola.....	24
2 2. COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA: O CASO DE VILA NOVA JUTAÍ, CONTEXTO HISTÓRICO, CULTURAL E CONTEMPORANEO.....	30
2.1 Formação histórica da Vila Nova Jutaí.....	34
2.2. E M E I E F Jutaí: Análise histórica e atual da educação na comunidade.....	42
2.3. Vila Nova Jutaí: Cultura africana e afro-brasileira.....	47
2.4. Análise contemporânea: Problemas acerca da perda de identidade e cultura quilombola na comunidade.....	53
3. O PROJETO NÓS PROPOMOS COMO INTERVENÇÃO METODOLÓGICA PARA O RESGATE DA CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE VILA NOVA JUTAÍ.....	56
3.1. O Projeto Nós Propomos.	57
3.2. O projeto Nós Propomos e o ensino de geografia.	61
3.3. Nós Propomos: Problemas e proposta de solução acerca da perda de cultura e identidade na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutaí.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS.....	78

INTRODUÇÃO

No que tange a geografia, especificamente, o ensino de geografia e as relações raciais, cabe destacar a intensidade com que este tema é tratado contemporaneamente, e cada vez mais ganhado destaques nas plataformas de pesquisas científicas, entender, pesquisar e analisar os elementos que compõem essa relação e como se comportam tornam-se necessários na medida em que, este tema é composto de historicidades, culturas e processos formativos composto por problemas, conflitos, conquistas, perspectivas e etc. cabe destacar que desde os períodos coloniais do Brasil esta relação já existia, no entanto, de forma desigual e desumana jamais vistas antes na história.

É necessário a priori uma análise histórica, somente assim entenderemos os elementos componentes dessa questão na contemporaneidade, desde os modos escravocratas, perpassando pelos conflitos e resistência, cabe destacar que a vida do negro no Brasil sempre foi assim, outrora nas mazelas de fazendas imperiais, agora nas periferias das grandes cidades. Fruto desses conflitos nasce as relações raciais, entender que o negro precisa compor a sociedade de forma mais igualitária é necessário, nasce como fruto dessas reivindicações a Lei 10.639, como resultado do Movimento Negro na luta pela promoção de uma educação para a igualdade racial, segundo o Art. 26-A “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, p. 01). Cabe agora a geografia através do ensino de geografia, agregar seus conhecimentos e contribuir da melhor forma possível para este ensino e aprendizado.

É necessário levantar esta discussão para entender depois como se desenvolve esta educação no quilombo e remanescentes de quilombos, na medida em que o ensino de geografia e as relações raciais, agora estão atreladas. A geografia como ciência tem como objetivo principal descrever a terra, ou seja, descrever o que acontece no espaço, é devido a este objetivo que

esta relação ganha mais eminência, já que a geografia uma vez como ciência tem o papel de identificar os elementos que compõem um determinado espaço, este espaço é o “quilombo”, fruto da resistência negra no Brasil. Estas vilas compostas por antes por escravos foragidos e hoje por seus descendentes, também enfrenta problemas, uma vez que esse território se formou a partir de conflitos.

No entanto, cada quilombo carrega consigo em sua histórica formação, especificidades muitas vezes encontradas somente naquele território, dentro desta análise se insere a Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutá – Breu Branco/PA. Vila Nova Jutá é resultado de alguns conflitos e também acidentes naturais, um deles em 1980 acabou dizimando a antiga vila, forçando os moradores a construir a atual, esses processos acabaram enfraquecendo suas culturas, identidade, e costumes uma vez exercidos com louvor no antigo território, situado em uma ilha banhada pelo Rio Tocantins no estado do Pará, denominado Ilha Grande Jutá, agora se vem ameaçado diante também no novo e moderno modo de vida, produto das tecnologias atuais que a vila vivencia hoje.

Cabe mais uma vez a geografia intervir a respeito, através só ensino de geografia, utilizar ferramentas de intervenção metodológica, metodológicas e didáticas, com o objetivo de identificar os elementos causadores deste problema e encontrar possibilidades e alternativas de solução para o mesmo. Deste modo, e com essa necessidade, se apresenta o “Projeto Nós Propomos” como ferramenta de intervenção metodológica na comunidade, desenvolvido na escola local, o projeto tem como objetivo principal encontrar os problemas pertinentes em determinado território e de forma didática junto aos alunos elaborar possíveis propostas de soluções, que serão apresentadas posteriormente junto ao corpo comunitário, cabe destacar também que, o projeto desenvolve nos alunos o sentido crítico de percepção do espaço onde vive, observando seus elementos por um olhar crítico e assumindo seu papel participativo como cidadão na sociedade.

É a partir desta análise que esta pesquisa se realiza, e referente a mesma algumas perguntas pertinentes são levantadas: Diante da realidade que se encontra a vila, é notório uma desvalorização do contexto histórico e identidade cultural no que se refere se alto denominar remanescente quilombola. Deste modo como a geografia se insere por meio do “Projeto Nós Propomos” em uma

comunidade remanescente quilombola no interior da Amazônia afim de solucionar tal problema indenitário que a vila enfrenta? No que tange a importância do ensino de geografia para a formação dos estudantes do ensino fundamental, qual o papel a mesma assume meio ao âmbito cultural como forma de resgate e valorização da história e a cultura do lugar através do projeto de ensino e extensão “Nós Propormos na Comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutáí?

Diante dos argumentos levantados o objetivo geral deste trabalho é encontrar problemas locais relacionados a perda de identidade e cultura quilombola na CRQ Vila Nova Jutáí, e propor medidas de intervenções para as possíveis soluções destes problemas, dando aos envolvidos autonomias para desenvolver a pesquisa, e proporcionando uma relação maior entre escola e comunidade através de seus alunos. Tendo como objetivos específicos: fazer um levantamento teórico/bibliográfico e debater acerca do ensino de geografia e as relações raciais; analisar os fatores históricos da formação dos quilombos juntamente a formação da vila, descobrindo quais processos e fatos nortearam sua formação e qual a influencia os mesmo tem sobre a vila hoje; desenvolver o projeto nós propomos como ferramenta de intervenção metodológica com o propósito de identificar os problemas encontrados na comunidade e elaborar possíveis propostas de solução.

Os procedimentos metodológicos se deram a partir de levantamento bibliográfico, acerca das pesquisas e matérias que trabalham a discussão sobre o ensino de geografia e as relações raciais, não somente como também, a formação histórica da vila, juntamente a pesquisas no âmbito da pedagogia, história e geografia. Execução do projeto, este projetado e desenvolvido a partir da escola local junto aos alunos do 9º ano A, dando ênfase a relação escola e comunidade, tendo como etapas: aplicação do questionário, resultados dos problemas encontrados, divisão dos grupos de acordo com os problemas, elaboração dos formulários pelos grupos e aplicação aos moradores das comunidade, elaboração das propostas de soluções, tabulação e apresentação dos dados, entrevistas e confecção de maquete.

A pesquisa está distribuída e estruturada em 3 (três) capítulos, o primeiro apresenta o referencial teórico da pesquisa, fazendo análise e levantando discussão acerca do ensino de geografia e as relações raciais, o segundo

apresenta as comunidades remanescentes quilombolas na Amazônia: o caso de vila nova Jutaí, contexto histórico, cultural e contemporâneo, e o terceiro o Projeto Nós Propomos como intervenção metodológica para o resgate da cultura e identidade na comunidade remanescente quilombola de vila nova Jutaí.

Por fim, as considerações finais, na qual será retornado os pontos principais da pesquisa.

1 DISCUSSÃO ACERCA DO ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES RACIAIS.

Este capítulo trata das discussões conceituais importantes para a fundamentação da pesquisa. Tem-se os debates sobre o ensino de geografia e as relações raciais, dando ênfase a educação quilombola no Brasil. Sempre fazendo uma abordagem histórica e atual entre o ensino de geografia, leis diretrizes e parâmetros, que norteiam as relações raciais no âmbito educacional.

1.1 O ensino de geografia e as relações raciais.

Pode-se dizer que o ensino de geografia é um elemento significativo na educação e formação de qualquer cidadão, esta formação deve ser munida de aprendizagens e conhecimentos que serão necessários para a vida em sociedade. Levando em consideração tal importância, é necessário conectar o ensino de geografia e as relações raciais, a modo que, os grupos de pessoas negras que sofrem com a desigualdade executada na sociedade, tenham um ensino qualificado que se dirija a sua realidade, abordando os conceitos históricos, os modos e costumes, a cultura e sua relação com a sociedade. Neste capítulo serão apresentados alguns elementos estruturais deste tema, abordando as partes primordiais para esta discussão.

1.2 A lei 10.639/3 e o ensino de geografia.

Desde os períodos coloniais até os dias atuais (SANTOS 2016) afirma que, o negro vem sendo excluído das oportunidades de escolarização e sofrendo com uma sociedade que, apesar de crer na existência do mito da democracia racial, permanece com seus traços racistas e escravistas do passado.

Em todas as partes apresentadas é nítida a desvalorização e submissão do negro em relação ao branco, restando evidente a postura de superioridade deste. Para Silva (2018):

[...] A escravidão explorava mais do que o trabalho, explorava a própria existência do ser. O europeu não via o escravizado como um semelhante, mas como um ser inferior a ele. (SILVA, Alberto da Costa. Especial: Entre o Brasil e a África houve uma troca forte e poderosa. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. acesso em: 30 set. 2019).

No entanto o que fez da escravidão no Brasil diferente é que, pela primeira vez, ela era racial, só o negro era escravizado. Havia escravos de aparência branca, mas isso era exceção, isso não fazia parte do comércio de escravos. Então, a escravidão, uma vez, sendo racial, marca seus descendentes com uma mancha que demora a apagar.

E mesmo depois de 131 anos de assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão, o negro ainda luta contra o preconceito racial estabelecido pelos padrões societários, isto porque mesmo após a abolição o negro foi excluído dos privilégios da formação do Brasil pós-colonial, sendo obrigado a se adaptar de modo desigual a sociedade.

O status do negro no Brasil pós-colonial de forma alguma foi discutido, o termo escravo usado no período colonial para classificar estes povos ainda continuou sendo usado por vários anos, agora como forma de exclusão na formação da sociedade brasileira, isto porque a imagem reproduzida do negro e suas origens era relacionada e vista de forma negativa, tanto pela igreja quanto pela sociedade. Muito além disto, Viotti (1985, p. 238), ainda enfatiza que, na verdade, a maior parte dos regulamentos reais criaram formas de controle social que beneficiaram os senhores, não os escravos.

No espaço educacional a África é vista muitas vezes apenas como a terra da macumba, da capoeira e do tambor, é preciso libertar-se dessa imagem folclórica do negro no Brasil e dessa concepção escravista criada por antigos historiadores, considerando a extensa participação africana no processo de formação do país. (LIMA, 2004, p. 85).

Dentro desta análise cabe destacar a ausência do negro no acesso à educação em um determinado período da história do país, isto porque era proibido a participação deste indivíduo no processo da alfabetização no Brasil colonial, e mesmo depois de aceito em 1824, os conteúdos desenvolvidos não

faziam parte de sua história ou realidade de vida. Em contrapartida, somente em 9 de janeiro de 2003 nasce da luta do movimento negro a lei 10.639/2003, sancionada pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, a lei objetiva a execução obrigatória do ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras nos estabelecimentos da Educação Básica, oficiais e particulares.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, p. 01).

Portanto a Lei 10.639 é o resultado do Movimento Negro na luta pela promoção de uma educação para a igualdade racial, ela manifesta a inquietação por parte do movimento como um ator social na disputa pela construção do currículo inclusivo no que tange as questões raciais. A partir dela, várias questões acabam surgindo, se opondo ao processo de escolarização, e uma delas é mudança nos conteúdos ensinados, o que representa inserção e revisão de conteúdos aplicados, a fim de diminuir as desigualdades sociais e garantir uma inserção democrática deste grupo na sociedade.

Estes entraves se consolidaram e ramificaram desde a formação do Brasil, é claro que se partimos de uma perspectiva desigual a fim de chegar a algo igualitário no que diz respeito a estes grupos e o restante da sociedade, trataremos de algo utópico. O objetivo aqui é, diminuir este desequilíbrio através da educação, desenvolver uma educação inclusiva dando ênfase aos processos históricos, cultura e tradições destes povos africanos e afro-brasileiros e o quanto foram e são importantes para o país. Dadas as proporções cabe agora, por intermédio desta lei, a aplicação dela através de currículos que transformarão em produto as questões pertinentes no espaço escolar. Para Dias (2003, p.5):

A escola pública, cujas portas, por ser escola gratuita, se franqueiam a todos sem distinção de classes, de situações, de raças e de crenças, é, por definição contrária e a única que está em condições de se subtrair a imposição de qualquer pensamento sectário, político ou religioso.

Neste cenário a geografia como disciplina assume um papel fundamental na luta pelo combate à desigualdade, tendo em vista que a mesma proporciona ao aluno uma integração entre seu mundo vivido e o um mundo mais amplo, o

qual o mesmo também faz parte, levando em consideração o poder que esta ciência tem de despertar no indivíduo uma ótica crítica do espaço onde vive, capaz de desconstruir visões hegemônicas e eurocêntricas de mundo. No tocante a questão racial concordamos que a geografia, segundo Santos (2016, p. 26 e 27), tem um papel fundamental na abordagem da questão racial, primeiro porque estamos acostumados a construir referenciais geográficos estigmatizantes, no que se refere marcar nas pessoas.

Segundo, porque, considerando a questão racial como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, temos na geografia a possibilidade de revelar ou ocultar as relações desiguais entre negros e brancos ou, como afirma Santos (2009), deste modo se torna indiscutível a importância da geografia junto as questões raciais. Esta junção pode se tornar ainda mais significativa se executada com vigor em sala de aula.

1.3 O ensino de geografia e as relações raciais, uma análise contemporânea.

Para entender de que modo é realizado o ensino de geografia e as relações raciais é necessário analisar o panorama atual deste processo. É evidente que o ensino de geografia voltado para a questão racial enfrenta diversos entraves em sua execução, estes problemas estão relacionados a algumas ferramentas essenciais para o desenvolvimento deste ensino, dadas as análises de antemão destacamos três: as diretrizes e bases, a formação do professor e os livros didáticos.

No que tange as diretrizes e bases é necessário e primordial discutir a respeito do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (SANTOS,2016). As "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana" foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em março de 2004 e homologados pelo Ministério da Educação (MEC) em junho do mesmo ano.

O que de modo é feito a fim de organizar e manipular este processo da melhor forma possível, acaba encontrando em meio a trâmites e relações burocráticas, alguns pontos contraditórios a maneira que se objetiva a execução deste plano, na maioria das vezes de cunho econômico. Para Lopes (2008, p. 21):

[...] parte-se do reconhecimento de que, com o advento das políticas econômicas genericamente denominadas neoliberais, há acentuada submissão das políticas educacionais aos mecanismos de definição e de avaliação dos conteúdos curriculares pelo Estado, bem como aos mecanismos de regulação do mercado.

E político. Ciavatta & Ramos (2012, p. 13):

É em razão da ideologia conservadora que legitima os escassos recursos destinados à educação no Brasil que Mendes (1983) critica os tecnocratas brasileiros que, na época e ainda hoje, “julgam poder obter uma intelligentsia política, ou técnica ou burocrática, a baixo custo”.

Portanto, é evidente as contradições que o sistema educativo brasileiro enfrenta prejudica o andar embora que curto, porém muito importante que a educação brasileira precisa executar. Diante dos fatos acima mencionados, as diretrizes e bases da educação brasileira se tornariam mais eficazes se não fossem estas barreiras munidas de interesses político e econômico, de grupos ou individual.

A maneira com que se desenvolvem essas políticas acabam influenciando diretamente na formação da segunda ferramenta que é o “professor”. O professor como um agente essencial na condução do educando rumo ao conhecimento e aprendizado, precisa estar capacitado para os desafios que a profissão apresenta diariamente, especificamente falando, o professor de geografia tem a responsabilidade de apresentar o mundo a partir do olhar crítico e geográfico. No entanto, esse aprendizado acaba não sendo tão eficaz devido a algumas deficiências e limitações que o profissional traz de sua formação, fora tantos outros problemas que o professor acaba enfrentando no seu dia a dia, dentro e fora de sala.

Quando se trata de ensino de geografia e as relações étnico raciais este estorvo, ou seja, esta dificuldade se torna mais agravante ainda. Segundo Dias (2004), o fato de educadores reconhecerem a dimensão racial, mais não darem

a ela centralidade necessária ao seu ver se deve a maneira como o Brasil construiu sua identidade nacional e o quanto esses educadores não tinham uma posição crítica sobre ela. Diante desta assertiva, Oliva (2006, p. 191) fala:

Podemos afirmar, sem maiores temores, que um dos principais problemas que atingem o enfoque da história Africana nas salas de aula é a formação “inadequada” dos professores que atuam nos Ensino Fundamental e Médio. [...] Outros professores, diante da impossibilidade de ministrar todos os tópicos dos programas, consideram o tema de menor importância, deixando de lado os capítulos sobre a África presentes nos livros didáticos.

Esta deficiência vem acompanhada do descaso associado as questões raciais no país, este preconceito histórico acabou fazendo parte da formação do Brasil, e o modo xenofóbico com que o negro foi integrado a sociedade acabou influenciando no acesso a seus direitos, e claro! Repercutindo diretamente no currículo formativo do professor. É necessário que se tenha um olhar aprofundado para esta questão, o que se ensina em sala de aula é um reflexo do que o professor aprendeu durante sua formação, neste caso, Dias (2004, p. 14-15) atenta para uma reforma educacional neste sentido:

O desafio estrutural de uma reforma educacional implica, portanto, a construção de bases efetivas para implantação de um ensino norteado pela qualidade e equidade, que enfrente os contornos da desigualdade racial que atravessam, de forma contundente, o sistema educacional brasileiro.

Deste modo, a formação do professor precisa estar ligada a realidade do aluno, levando em consideração suas vivências, história, modos e costumes, cultura e tudo o que englobe o seu mundo real. O preconceito contra o negro na sociedade está ligado a falta de semelhança e igualdade que ele enfrenta todos os dias, porém isto pode começar a ser mudado em sala de aula.

Não menos importante que os acima citados, o livro didático tem um papel importante no ensino e aprendizado de qualquer indivíduo, no entanto já há críticas na maneira em que como esses livros são construídos. Uma delas é a maneira homogênea com que o mesmo é confeccionado, já que os alunos mesmo que classificados por grupos homogêneos carregam consigo heterogeneidade, isto se agrava quando posto em prática os conteúdos propostos a realidade dos alunos, que quando se trata das questões raciais a semelhança é quase nada ou muito superficial.

O livro didático, de modo geral omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o negro, o índio, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem, em grande parte para o recalque de sua identidade e autoestima. Silva (2004, p. 51).

Enquanto ao livro de geografia, considerando a análise do contexto de produção e circulação dos mesmos, e a análise formal efetuada, para Santos (2012), apesar das denúncias de pesquisas anteriores com livros didáticos, da mobilização do movimento negro, da criação de políticas educacionais com foco na valorização da população negra e das exigências dos editais do PNLN/2010, permanece nos livros didáticos o discurso racista, que hierarquiza brancos e negros.

1.4 O ensino de geografia e as relações raciais: influências na educação quilombola.

Para falar-se da educação quilombola é necessário analisar as Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Quilombola, pois a partir deste documento que o direcionamento sobre como executar esta educação é deferido. Para o (MEC) 2019:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica defini que a Educação Escolar Quilombola, requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico- racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, devem observar os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira, e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

De acordo com o Censo Escolar, realizado em 2014, existem 239.507 alunos nas escolas localizadas comunidades remanescentes de quilombos, por sua vez, esses são atendidos por 14.240 professores, atuando em 2.415 escolas.

Tabela 1: Escolas, matrículas e professores quilombolas no Brasil

Escolas e Matrículas:

	2013				2014			
	Escolas	%	Matrículas	%	Escolas	%	Matrículas	%
Escolas e Matrículas	2.235	100%	227.430	100%	2.415	100%	239.507	100%

Fonte de dados: Censo Inep/2014

Professores:

Formação de Professores	2013				2014			
	Campo	%	Quilomb	%	Campo	%	Quilomb	%
Prof. da Educação Básica	319.134	100%	11.552	100%	344.512	100%	14.240	100,00%
Com Ensino Fundamental	1.876	0,60%	43	0,40%	1.553	0,50%	53	0,40%
Com Ensino Médio	121.220	38,00%	5.026	43,50%	29.412	8,50%	1.093	7,70%
Com Ensino Médio Magistério	90.216	28,30%	4.078	35,30%	79.055	22,90%	4.255	29,90%
Com Educação Superior	195.465	61,20%	6.446	55,80%	233.994	67,90%	8.836	62,10%
Sem formação em licenciatura	141.290	44,30%	5.762	49,90%	128.560	37,30%	6.045	42,50%

Fonte de dados: Censo Inep/2014

Fonte: Censo Inep, 2014.

Mesmo considerando os dados apontando a cima, é necessário destacar alguns desafios no tocante a construção e implementação da educação quilombola, um deles habita no currículo escolar e no modo de como o mesmo é organizado, não se trata somente de educação, trata-se de entender e compreender caminhos que possibilitam a construção de indicadores a modo que, trate de forma inclusiva a história e cultura desses grupos, levando em consideração seus saberes seus modos de viver, de ver e se organizar. E que até então não foram entendidos e retratados de forma a positivar a sua presença no Brasil, estando estes agentes diretamente ligados aos processos de formação do povo brasileiro nos mais variados campos: educação, saúde, música, culinária, esportes, modelos organizativos, tecnologias, e tantos outros.

Torna-se necessário levantamos algumas perguntas pertinentes a estas questões, quando mencionadas por Silva (2011, p.04), arremete-nos a pensar de que forma a educação quilombola está sendo desenvolvida no país.

Como se dará a construção do currículo escolar sendo a educação quilombola Modalidade de Ensino? Considerando que essas populações se encontram na sua grande maioria na informalidade do sistema de ensino pelo fato de não se ter dados que permitam um planejamento mais eficaz, como resolver tal dilema? A ausência de informações da espécie de quantas são, onde estão, como vivem, e, mais, como gostariam de serem vistas, representam um desafio a ser superado. Por outro lado, que metodologia pode dar conta de formatar

um processo de tamanha importância para estes grupos, mas que dispõe de poucas informações e as que existem estão dispersas? O currículo escolar hoje dá conta de, sem mudanças estruturais responder aos desafios já identificados? Como trazer para o contexto escolar a cultura de uma população que historicamente foi visibilizada sem estereotipá-la ainda mais? E, como garantir que na construção de ação de tamanho significado, a educação, respalde algumas conquistas advindas de convenções e tratados internacionais que asseguram o direito a essas populações de participarem e de serem escutadas nos processos de formulações de política públicas?

A principal crítica de Silva (2011), está no modo pelo qual são quantificadas as comunidades no Brasil, o descaso por parte dos órgãos responsável é o que limita se ter uma noção mais aprofundada a respeito das comunidades quilombolas ou comunidades remanescentes quilombolas no país, impossibilitando a construção de um currículo eficaz que reproduz sua história e cultura. Após séculos de constituição e de lutas pela permanência em seus territórios, ainda não se sabe ao certo quantas são as comunidades remanescentes de quilombos, como efetivamente vivem e onde estão localizadas na sua totalidade. Silva (2011) aponta que, governo brasileiro trabalha com um número aproximado de 3.500 comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, números extraídos por ele dos DASQ (Dados Agenda Social Quilombola, 2007).

Outro fator determinante na construção de uma educação quilombola mais inclusiva, é a participação das comunidades quilombolas como sujeitos de seus próprios processos educacionais, a elaboração e implantação de uma educação quilombola igualitária e democrática só se concretizará com a participação direta e incisiva destas comunidades. Para os negros e negras brasileiros estão reservados os espaços subalternos em nossa sociedade. Segundo Silva (2011, p. 11).

Por isso, tê-los presentes nos processos de construção da educação, é sinal vital da interação e da possibilidade de acesso ao conhecimento, gerando assim novas perspectivas que possam apontar para um momento futuro de inserção das comunidades quilombolas em espaços oferecidos e reservados a um único grupo com ferramentas de acesso ao poder, seja financeiro ou intelectual.

A participação destas comunidades na construção desta educação, resultará um amontoado de conhecimentos e saberes que juntos se incorporaram em busca de novos saberes e concepções acerca de educação e sociedade, quebrando paradigmas seculares e dando outro olhar as questões

pertinentes a educação quilombola no Brasil. Embora os entraves sejam muitos, o caminho a ser trilhado toma esta direção, vivenciar esta educação em seu aspecto real para os que estão do lado de dentro da questão, e analisar por outra ótica os que estão do lado de fora, afim de compreender que a educação se dá de forma mutua e heterogênea, dependendo dos povos, raças e cultura.

No tocante ao ensino de geografia e as relações raciais, esta educação pode ser mais incisiva pois, a geografia uma vez posta em prática através de seus conceitos estruturante, atrelada as questões raciais pode ser um forte agente na preservação e resgate da cultura quilombola. Para Vieira et al (2011), alguns assuntos referentes às relações raciais podem ser explorados em determinados conteúdos do ensino de Geografia e/ou na reflexão/desconstrução do racismo.

Do ponto de vista dos conceitos geográficos, é necessário fazer uma análise do quão importante eles acabam se tornando na continuidade da preservação e combate às desigualdades fundamentais em nossa sociedade. Deste modo é necessário destacar alguns destes conceitos:

I. Sendo a paisagem, o conceito que partir de Milton Santos, acabara sendo, vista, sentida e percebida, afim de compreender o espaço onde vive e quais agentes (sociais, econômicos, naturais, políticos e etc.), cabe destacar o quão fundamental este conceito se torna na formação deste indivíduo, uma vez que, “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem (...). Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” SANTOS (1998. p.61.).

Portanto, a paisagem é munida não apenas de elementos físicos/materiais, mas também de sensações e elementos abstratos/imateriais, produzidos e vivenciados pelo homem. Portanto, são esses elementos que condicionam e apresentam a paisagem ao indivíduo.

No tocante a forma com que esta paisagem se manifesta, pode-se destacar a relação com o que o quilombola por meio de seu quilombo, vê e sente. Trabalhar este conceito geográfico a partir das relações raciais, possibilita ao indivíduo uma relação intrínseca com sua cultura, modos costumes história e tradição.

II. O lugar, o conceito a ser trabalhado segundo Yi-Fu Tuan a partir da topofilia, sendo este o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico", topo (lugar) e filia (sentimento). Para Yi Fu Tuan o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o tempo de significação deste espaço em lugar. "O lugar é um mundo de significado organizado." (TUAN, 1983, p. 198).

Cabe destacar um elemento central desta relação, "a vivência", por intermédio da afetividade produzida pelo homem em um determinado espaço, o produto desta ação é o lugar, neste mesmo sentido a corrente Humanística percebe o lugar como uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos a partir da experiência individual ou grupos sociais.

Quando se pensa quilombo em forma de lugar, estas ações e relações acabam se tornando mais intensas, pois, esta vivência é munida de traços e laços africanos e afro-brasileiros, compostos por cultura, tradição, identidade, história e etc... Trazer para a ótica geográfica importância desses elementos para a continuidade e existência do quilombo, através do indivíduo que tem ligação com este espaço "lugar" e trabalhar a identidade como forma de empoderamento da história e cultura afro, é garantir a permanência deste grupo na sociedade contemporânea.

III. A região, como conceito geográfico vista por Sandra Lencioni "não como constituindo uma realidade objetiva; ao contrário, ela foi concebida como uma construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva" (LENCIONI, 2003, p. 155). Definida a partir de várias características e elementos conjuntos a ser vivida, seja ela de âmbito natural e/ou antrópico afim de organizar o espaço de acordo com sua cultura, modos e costumes.

Lencioni (2003 p. 154), ainda cauciona que, as discussões em torno do conceito de região realizadas por essa corrente geográfica trouxeram de volta a vertente historicista da geografia, na medida que a região passou a ser considerada como um espaço que é o produto da história e da cultura. Deste modo, a região acaba se tornando um conceito geográfico importante na estruturação e relação cultural do quilombola com seu quilombo, do indivíduo com seu espaço, afim de fortalecer os traços construídos ao longo dos processos de vivência deste indivíduo, exercer esta especificidade como forma conjunta na

luta por direitos e reconhecimentos, podem resultar na conquista dos mesmos, fortalecendo a cultura, história e identidade.

IV. Tratando-se de território, Marcelo José Lopes de Souza (1995) o entende como sendo "(...) definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, p. 78 e 96); "um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre nós e os outros." (SOUZA, p. 86).

"O território está, igualmente, presente em toda a espacialidade social ao menos enquanto o homem também estiver presente" (SOUZA, 1995, p. 96), conseqüente a isto, está repleto desses conflitos e contradições das sociedades. Sendo o território um produto das relações de poder, munido de especificidades e contradições pode-se atrelar estas relações de poder a relutância no sentido das conquistas do movimento negro, vivenciar esta relação é delimitar seu território a partir de sua identidade e modo de vida no recorte do espaço habitado.

V. E o espaço, onde todas essas ações e relações ocorrem. Para que isto aconteça, o fator determinante desta relação são os elementos que o espaço apresenta, através do percebido, vivido e concebido (LEFEBVRE, 1977), é o que Marques (2012) chama de "A tríade dialética do homem". Esta tríade é o que molda todo o espaço, suas dinâmicas, ações, relações, fenômenos e representações, resumindo! O espaço é o palco de produção e reprodução da vida humana.

A modo que, toda a cultura, modo de vida, tradições, costumes e etc., irão se expressar de forma conjunta a partir da vivência humana, desta forma, todos estes elementos agregados ao quilombo (ao ser quilombola), também irão se manifestar, e como consequência, tecer esta teia de relações entre o espaço, através de seus elementos e o homem.

Trabalhar a partir desta ótica os conceitos geográficos em sala de aula, nada mais é que, desenvolver no aluno um olhar crítico e aprimorado do espaço onde vive ou do espaço como um todo, essa aprendizagem através do ensino de geografia junto as relações raciais, nada mais serve para que o aluno como cidadão reconheça o seu lugar na sociedade, não esquecendo de suas origens, culturas e tradições. E, portanto, sendo um indivíduo entendedor de seus direitos

e deveres, e uma vez que lesado dos mesmos saberá se impor e posicionar a respeito dos problemas colocados como barreira no dia a dia do negro no Brasil.

2. COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA: O CASO DE VILA NOVA JUTAÍ, CONTEXTO HISTÓRICO, CULTURAL E CONTEMPORANEO.

Já sabemos que a relação Brasil/África é algo enraizado em nosso país, o elo entre o Brasil e o continente africano começou de maneira dolorosa, o tráfico de escravos aproximou o país da África na primeira metade do século XVI. Ao longo de 350 anos de tráfico transatlântico, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), o Brasil recebeu cerca de 5 milhões de africanos escravizados.

Entre os séculos 16 e 19, este comércio fez prisioneiros de diferentes partes da África. Para a ONU cerca de 12 milhões de pessoas foram retiradas de seus lares e, nesta travessia, mais de 2 milhões de africanos perderam suas vidas. O Brasil foi o maior receptor desse fluxo forçado, o que deu ao país o título de segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria, na África. E a África por sua vez, acabou herdando problemas sociais que até os dias atuais influenciam negativamente a dinâmica do continente africano. Para Gomes (2018):

[...] O tráfico de escravos drenou uma quantidade inacreditável de recursos humanos do continente africano e distorceu a economia e as relações de poder nas sociedades afetadas pelo comércio de cativos, sem contar o fato de que regiões inteiras do continente foram redesenhadas em razão do tráfico de escravos. (GOMES, Laurentino. Consciência Negra: 'Escravidão é o assunto mais importante da história brasileira' Disponível em: <https://www.bbc.com/>. Acesso em: 5 out. 2019).

O que Gomes (2018) afirma é que, embora que todos este processo tenha acabado, as sequelas acabaram se tornando um agente determinante na estruturação e relações do espaço africano, seja este no âmbito social, político ou econômico. Por outro lado, esse fluxo de africanos fez do Brasil o país com a segunda maior população de negros do mundo, atrás apenas da Nigéria, a relação dos negros africanos escravizados no Brasil, tem ligação direta na construção do país, especificamente na sua formação territorial, cultural, social, política e econômica.

No entanto, a relação que narra todo esse cenário, Brasil/África, escravo/escravizador, teve como ator protagonista os conflitos, é fruto desses

conflitos que surge o “quilombo”, posteriormente classificado nesta nomenclatura pela constituição de 1988, onde os negros que conseguiam fugir se refugiavam com outros em igual situação em locais bem escondidos e fortificados no meio das matas. Estes locais eram conhecidos como quilombos, nestas comunidades, eles viviam de acordo com sua cultura africana, plantando e produzindo em comunidade, a necessidade de implantar o mesmo modo de vida outrora vivido no continente africano e, trazido consigo através de seus modos, costumes e tradições, agora se ver mais forte e estabelecido em um recorte territorial protegido da escravidão. Porém não protegido dos conflitos!

Entende-se por quilombo também, também, de acordo com Salles (1988, p.222):

[...] “quilombo como “povoado de ex escravos negros foragidos, coletivo de mocambo, que é a habitação propriamente dita.”

Almeida (1999, p. 14-15):

[...] “mostra que aquela definição se constitui basicamente de cinco elementos: 1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma natureza selvagem que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo rancho; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz. ”

Munanga e Gomes (2006, p. 108):

[...] “a história da escravidão mostra que luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra” cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos”.

Furtado (2014, p. 07, apud Freitas (1984):

A manifestação típica da insubordinação negra foi o que se convencionou chamar de Quilombo, sendo está uma forma de sobrevivência e luta contra a escravidão diante das repressões evidenciadas. Inúmeros negros foragidos organizaram-se em localidades distantes o suficiente para resistirem ao sistema escravista imposto, constituindo-se, assim, os quilombos, lugar de refúgio desses negros. Essa era a alternativa possível diante do quadro de escravidão: refugiar-se em local de difícil acesso e manter-se em posição defensiva, lutando para sobreviver.

As variadas definições de “quilombo”, é resultado das especificidades de elementos que o termo carrega, estes elementos presentes são frutos das relações de cunho conflituoso que este espaço vivenciou ao longo de sua história, sejam eles no âmbito político, social, cultural e identitário.

Nesse sentido, a escravidão na Amazônia não foi diferente, assim também como a formação destes quilombos, o quadro a seguir mostra o resultado desta relação.

Tabela 2: Comunidades remanescentes de quilombos na região amazônica brasileira.

ESTADO	COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
	Conhecidas	Certificadas
Acre	0	0
Amapá	40	40
Amazonas	8	8
Pará	245	188
Rondônia	8	8
Roraima	0	0
Tocantins	44	37
Total	345	281

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Dados atualizados em 20/05/2016. Disponível em: www.palmares.gov.br/

A tabela 2 mostra um total de 345 comunidades conhecidas sendo que a maioria delas já se encontram certificadas pela Fundação Palmares. Dois estados não têm registro de comunidades ainda, Acre e Roraima e, como fica evidente, o Estado do Pará lidera em número de comunidades conhecidas e certificadas de acordo com dados dos cadernos do ITERPA. No Pará, pelo que fica demonstrado acima tem mais de duzentas CRQs (Comunidades Remanescentes Quilombolas), entre comunidades quilombolas conhecidos, comunidades quilombolas certificadas, em processo aberto e aguardando visita técnica, são números bastante expressivos. Segundo Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, no texto “Mobilização política de comunidades negras rurais” de 1999, essas comunidades de quilombos estão localizadas, muitas delas no Nordeste paraense e outras tantas no Vale do Tocantins. “As comunidades identificadas distribuem-se nas seguintes áreas de estudo: 1. Região da Grande Belém, Guajarina e Marajó; 2. Região Bragantina e Gurupi; 3. Região Tocantina; 4. Médio Amazonas; 5. Trombetas e Erepecuru”. (MARIN; CASTRO, 1999, p.77)

A Amazônia no que tange a sua formação antrópica, assim como todo o restante do Brasil, o negro tem sua parcela significativa em sua construção, no período da escravatura e pós escravatura, algumas cidades históricas especificamente do Pará, receberam boa parte desses escravos. É o caso das cidades na região tocantina como, Cametá, Mocajuba e Baião, todas cidades oriundas do baixo Tocantins.

A escravidão de negros se intensifica quando, os índios junto a igreja católica se rebelam e clamam por liberdade, propiciando assim condições favoráveis para a importação de escravos negros para a colônia, já que era preciso garantir a mão de obra para o cultivo da terra. Segundo Salles (1988, p. 51), neste período “a região amazônica recebeu cerca de 50 mil escravos entre 1755 e 1820, com o funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão”. Nesse período os conflitos se intensificam, e o número de escravos refugiados aumentaram, concomitantemente o número de quilombos também.

Especificamente, falando de Baixo Tocantins a intensidade no que diz respeito a esta formação será maior, isto porque na medida em que se aumenta o número de refugiados, a área com características ideais para se buscar refúgio era a parte sudeste do estado do Pará, ou seja, na parte subjacente do Rio Tocantins. Isto porque geograficamente falando, o recorte geomorfológico desta área detinha de planícies relativamente baixas e inundadas, típico da região amazônica, com rios estreitos, longos bancos de areais (alguns em determinado período do ano, bloqueavam parcialmente alguns cursos do rio), e algumas correntes de água no percurso, impossibilitando o tráfego de grandes embarcações, e facilitando o refúgio dos negros fugidos.

Ver-se agora como possibilidade refugiar-se nesta área, deste modo no decorrer dos anos, foram sendo criadas algumas vilas de quilombos e remanescentes quilombolas, ao longo do rio, cabe destacar que estas vilas também são agora compostas por caboclos, indígenas e ribeirinhos. Umarizal (Baião/PA), Paritá Mirí (Baião/PA), Bailique (Baião/PA), São José do Icatu (Mocajuba | Moju/ PA), Araquembáua, Baixinha, Campelo, Carará, Costeiro, Cupu, França, Igarapé Preto, Igarapezinho, Panpelônia, Teófilo, Varzinha (Baião | Mocajuba | Oeiras do Pará/ PA) e Vila Nova Jutáí (Breu Branco/ PA). Dando ao Pará um número considerável em relação a estas comunidades quilombolas.

Tabela 3: Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil.

LOCAL	COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS			
	Certificadas	Conhecidas	Em Processo Aberto	Aguardando Visita Técnica
BRASIL	2.401	2.849	222	29
REGIÃO NORTE	745	982	08	05
PARÁ	188	245	05	05

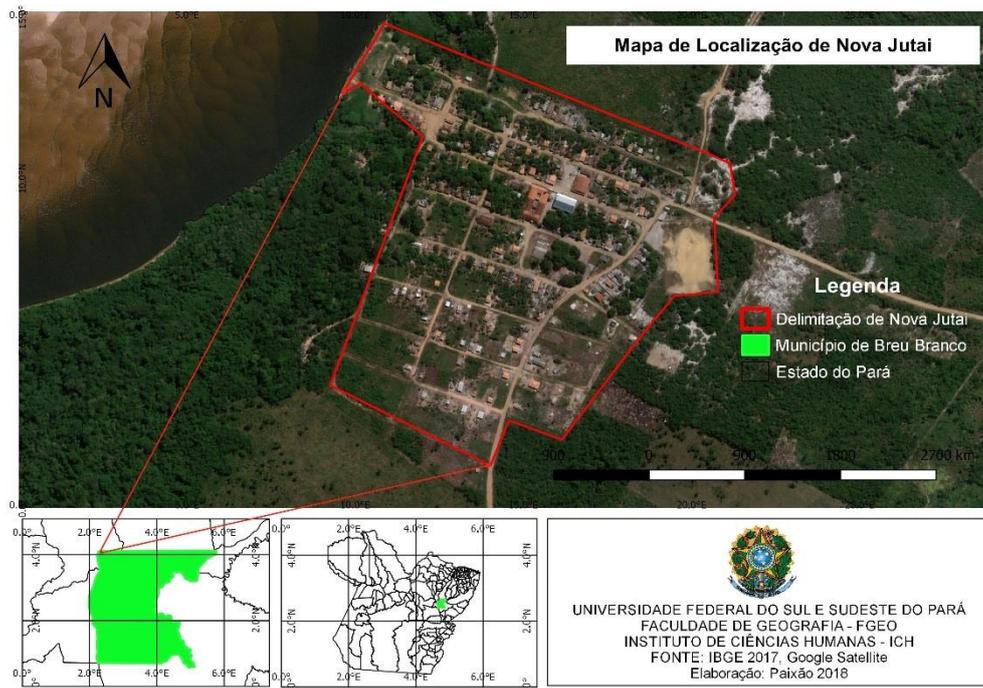
Fonte: Fundação Cultural Palmares. Dados atualizados em 20/05/2016. Disponível em: www.palmares.gov.br/

Boa parte das comunidades remanescentes quilombolas no Pará localizam-se no baixo Tocantins, estritamente no decorrer do curso do rio, e é especificamente sobre uma destas comunidades destacada acima (Vila Nova Jutaí - Breu Branco/ PA), a qual se desenvolve esta pesquisa.

2.2 Formação histórica da Vila Nova Jutaí.

A Vila Nova Jutaí se localiza à margem direita do Rio Tocantins, na parte subjacente da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a 63 km de Breu Branco, sede do município, e a 446 km da capital Belém localizada no estado do Pará, com uma população aproximadamente de 1.100 habitantes. Por se localizar na Amazônia a característica de seu relevo é de baixa altitude, em razão da planície fluvial dos Rio Tocantins, predomina o clima equatorial quente e úmido, gerando altas taxas de precipitação pluviométrica durante o inverno e elevados índices de temperatura durante o verão, culminando também em uma vegetação variada e fortemente influenciada pelo clima equatorial e pela hidrografia, propiciando árvores altas e de longas copas.

Figura 1: Mapa de localização de Vila Nova Jutaí.



Fonte: PAIXÃO, 2018.

As características de sua formação se deram semelhantemente as demais vilas ribeirinhas as margens do rio Tocantins. Segundo LIMA (2016, p. 12):

Seu surgimento remonta ao dia 16 de abril do ano de 1940, quando na denominada Ilha Grande, alguns dos primeiros moradores, entre eles o Sr. Juvêncio da Igreja e dona Eulália Sousa da Conceição, que haviam transferido sua residência de Icatú (município de Mocajuba), resolveram alterar o nome da localidade, acrescentando-lhe o nome de uma árvore que existia no local, conhecida como Jutaí. Assim surgia a Ilha Grande de Jutaí.

A necessidade de migrar constantemente é uma característica do povo ribeirinho, que até então encontrava na natureza de forma extrativista sua sobrevivência, deste modo mudar-se de um lugar para o outro por motivos aplicados sobre a forma em que a natureza disponibiliza seus recursos, foi o que fez o Sr. Juvêncio da Igreja e dona Eulália Sousa da Conceição residirem em uma ilha até então remota, mais rica em recursos naturais. A ilha sendo propícia a habitação a modo que, a disponibilizar subterfúgios necessário que propiciam condições de vida melhor, logo atraiu mais pessoas.

Pelo fato da região ser considerada terra fértil, não demorou muito para atrair ribeirinhos de outras localidades, especificamente da cidade de Mocajuba,

irem parar nesta região, no entanto, devido ao comum povoamento ao longo dos rios na região amazônica serem de modo horizontal distribuídos as margens dos rios, não necessariamente estes moradores acabaram residindo em um mesmo aglomerado de pessoas, alguns a margem direita do rio Tocantins, (onde está localizada a ilha e a atual vila) e outros a margem esquerda, em uma região conhecida como “Itacoara”. E é na margem esquerda do rio que aconteceu o primeiro conflito desta formação habitacional, pois, é nesta margem localiza-se a Reserva Indígena Trocará, a alteração pela posse da terra acabou dando aos índios a vitória neste conflito, concomitantemente a expulsão dos ribeirinhos, sendo forçados a migrarem novamente, agora para a margem direita do rio, onde localizava-se a Ilha grande de Jutaí.

Para Lima (2016), o resultado dessa migração acabou dando início ao processo de formação e estruturação da vila, devido considerável aumento populacional, embora a comunidade estivesse fisicamente dispersa, isto é, as casas distantes uma das outras, este processo acabou dando origem as atividades econômicas primárias, como extrativismo da castanha do Pará e a pesca artesanal. Na medida em que a vila foi criando “corpo”, outras famílias acabaram chegando, e em 1960 com o aumento considerável de habitantes, a vila se vê na necessidade de formar algumas estruturas afim de organizar o espaço, estas estruturas quase sempre eram produto da relação entra ribeirinho e a igreja católica, esse relacionamento a princípio ajudavam a estruturar estas localidades, esse elo agora se envolve entre cultura e religião, modificando e organizando este ambiente. É isto que LIMA (2016, p. 12) destaca:

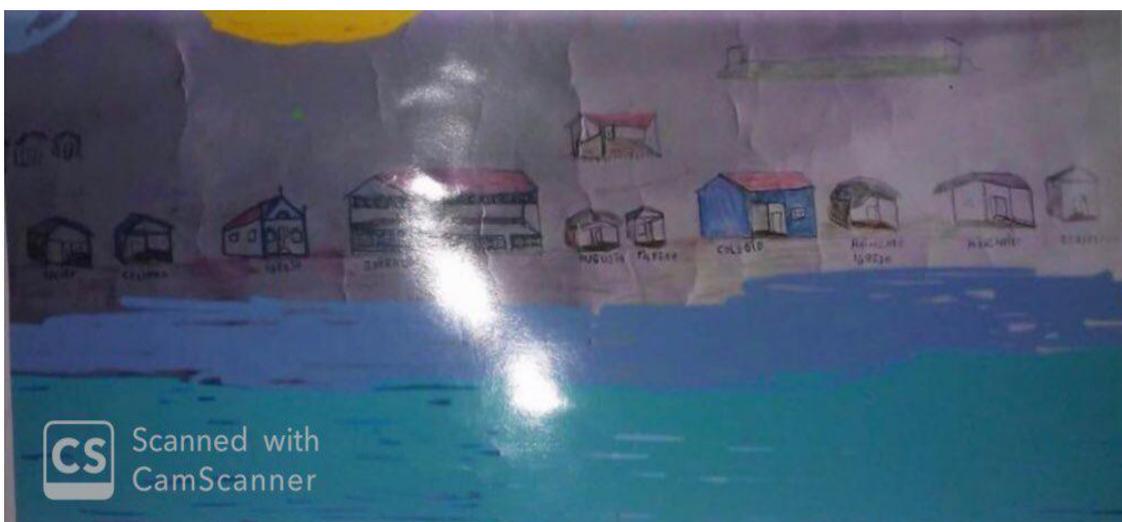
Na década de 60, novamente com a chegada de outros migrantes, delineou-se uma incipiente estrutura de um povoado, surgindo a Igreja católica Padroeira Santíssima Trindade o salão de festas, começou aí a formar-se o que se denomina patrimônio da comunidade. A partir desse período, os moradores sentiram a necessidade de se construir um grupo a que deram o nome de “irmandade”, para coordenar e tomar decisões necessárias em benefício de todos os demais moradores. Com a “irmandade” formada, passaram a decidir melhor sobre suas necessidades, como por exemplo: descobrir que seus filhos precisariam estudar que a nova comunidade também precisava de assistência médica.

Essas e algumas outras necessidades acabaram mostrando a incapacidade estrutural em que a vila se encontrava, não conseguindo suprir as necessidades de seus moradores, a partir desta carência foi criado um grupo

formado por moradores da vila denominado “irmandade”, o objetivo do grupo era contribuir para a melhor qualidade de vida da população, e uma de suas atribuições era cobrar perante as autoridades políticas e religiosas parecer perante a situação que a vila se encontrava.

Esta organização logo deu certo, e os moradores acabaram descobrindo que necessitava de algumas estruturas na comunidade, dentre elas, escola, posto de saúde, mercado, igreja e um salão comunitário, não demorou muito e com a ajuda dos próprios moradores da comunidade, foi fundada uma pequena escola, que contava com a contribuição da senhora Maria Benedita, mais conhecida como “Filhinha”, como professora, diga-se de passagem, Maria Benedita foi a primeira professora da comunidade, e mesmo sem ter formação, mas ter o grau de escolaridade mais elevado da comunidade, acabou herdando o cargo, salão comunitário e uma igreja. Como mostra a imagem a seguir, um desenho da antiga vila feito pelo morador Paulo Moreira que vivenciou boa parte desta formação.

Figura 2: Desenho da antiga Vila Jutaí na Ilha Grande.



Fonte: Arquivo pessoal Paulo Moreira, 2019.

Era certo que, o papel deste grupo teria trazido grades melhorias para a vila. Segundo LIMA (2016, p. 13):

A irmandade era responsável pela organização e dos eventos da comunidade, como por exemplo, o festejo do Padroeiro: “Festividade de Santíssima Trindade”, tendo como coordenado o senhor Orestes Tenório. Com os recursos das festas, começaram a construir uma capela e um barracão onde os comunitários se reúnem. Isso funcionou até março de 1952 quando foi fundada uma equipe Comunitária com oito membros sendo Alexandre Sousa como presidente na presença dos padres Geraldito, Pedro Hermans e Henrique Rieslag, que na época era Bispo de Cameté. A Irmandade continuou, mas no sentido

comunitário. Nesse período, a escola já contava com outros professores como - Idalino Sousa, João Vieira, Gerônimo Lima e Maria Benedita Medeiros Jesus Brito – todos leigos.

Apesar de tudo caminhar muito bem, em 1974 ocorreu uma grande cheia do rio Tocantins afetando diretamente a vida das pessoas e boa parte da estrutura física da vila, porém, mais uma vez, não demorou muito para os moradores da vila junto a prefeitura de Baião (Município que na época a vila fazia parte) construírem e reformassem tudo novamente. Agora, a escola tinha 3 salas de aulas bem estruturadas e equipadas, e contava com um corpo docente, embora que muito pequeno, porém especializado com duas professoras, eram elas Creuza Pompeu Tenório (*in memoriam*) e Maria de Jesus da Cunha Alves.

O que parecia ser somente um acidente natural, pois as cheias neste período eram comuns nesta região, se tornará um presságio para o que viria de pior alguns anos depois, este fenômeno natural ainda maior, implicaria e mudaria para sempre a vida dos moradores e da vila.

O fenômeno natural denominado pelos moradores da vila como a “enchente de 80”, acabou dizimando tudo que a anos havia sido construído na vila, (criações de animais, casas e construções comunitária), foram alguns dos resultados da cheia, que um pouco antes em 24 de fevereiro de 1980 começou a avançar vila a dentro, e apenas dois dias depois não existia nenhuma família na ilha de Jutaí. A cheia pegou todos de surpresa, no entanto com a ajuda dos moradores locais proprietários de embarcações fluviais o traslado para a margem direita do rio foi feita, Lima (2016) afirma que, haviam seis barcos motorizados que ajudaram as famílias a mudarem daquele local: Um barco do Senhor Lauro Cunha que estava na gerência do senhor Luiz Walter Pompeu Alves; dois do senhor Orestes Tenório; dois do senhor Gregório Mendes e um do senhor Davi Dourado, todos trabalhando de dia e de noite fazendo as mudanças. E em menos de um mês na Ilha só existia prejuízo, plantações, criações e residências, tudo acabado.

Figura 3: Moradores migrando para as margens seguras do Rio Tocantins.



Fonte: Arquivo pessoal de Eurialdo Ferreira (2019).

Alguns moradores acabaram migrando para a margem esquerda do rio Tocantins, esta parte do rio constituía-se de inúmeros lagos, lagoas, propícios para habitação, já que tanto dentro como as margens deste lago existiam um número considerável de espécies aquáticas, terrestres e pássaros, localidades como Estirão, Itacorua, mas também para outras localidades como; Miritizal, Tucuruí, Breu Branco, Nazaré dos Patos, Roça Comprida, Cachoeirinha e Boca do Rio, hoje Nova Jutaí. Localidades que pareciam ser lugares perfeitos para um recomeço. No entanto mais tarde, esses moradores tiveram que deixar as pressas estas localidades, segundo a moradora “Marinalva Moreira coelho”, devido a epidemia de malária que assolou os moradores, migrando mais uma vez, agora para a margem direita do rio, onde se encontrava os demais refugiados, inclusive a mesma foi acometida pela doença três vezes em um período de um ano e meio.

Em 26 de março de 1980, o prefeito de Baião, Francisco Nogueira Ramos, visitou as barracas e instalações temporárias dos moradores, que devido a este motivo encontravam-se obrigados a conviver em situações desconfortáveis, e em reunião, os moradores pediram a ele que comprasse uma área de terra para que pudessem construir suas casas. Lima (2016) aponta que ele se propôs a ajudar e comprou a área em que estavam acampados. Ela era do senhor Leonel Mendes que a vendeu ao prefeito por 40.000 cruzeiros e várias famílias ficaram

já morando na área comprada pelo prefeito como: Gregório Mendes, Eurivaldo Ferreira, Luiz Walter Alves Pompeu, Raimundo Franco Alves, Emiliano Ferreira, Mateus de Sousa, Raimundo Lima e Hilário Tenório.

Figura 4: Começo da Vila Nova, trabalho em mutirão.



Fonte: Arquivo pessoal de Divane Lima (2019).

Posteriormente o prefeito mandou lotear e as famílias começaram a construir suas casas, foi feito um mutirão com homens, mulheres e crianças para a limpeza das ruas, serviço pesado com machado, enxada, facões, entre outros, enquanto outros moradores trabalhavam arduamente no transporte dos objetos que restaram na ilha, e na construção do centro comunitário, isto porque logo mais a vila receberia a visita ilustre de Dom José Elias Chaves, Bispo de Cameté e figura reconhecida na comunidade.

A primeira criança a nascer na agora denominada “Vila Nova Jutai”, foi Jeová Mendes Ferreira no dia 29 de setembro de 1980 e a primeira pessoa a ser enterrada no cemitério foi à garotinha Odiléia Moreira Tenório no dia 04 de abril de 1982, nome esse que foi dado ao cemitério local.

Outro marco da história da vila e de seus moradores foi a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí que mudou completamente o modo de vida dessas pessoas, que antes de sua construção viam no rio o sustento para sua subsistência, sendo o mesmo a principal fonte de alimento para as famílias naquela época. Este projeto implicou diretamente na vida dos ribeirinhos que

tem uma ligação direta com o rio, que muito antes da colonização (já com os índios), encontravam no rio recursos para sobreviver, não somente, como também para transporte e comunicação. Lima (2016) destaca que, havia uma facilidade enorme para se conseguir alimento, com o fechamento do Rio Tocantins, praticamente se acabou todas e quaisquer possibilidades de se conseguir o peixe pelas famílias, até a canoas e barcos deixaram de serem utilizados.

Devido os fatos ocorridos, e a mudança forçada da população da ilha grande para a terra firme, o prefeito de Baião, na época Antônio Lobo, como representante máximo do município contribuiu para a melhor reestruturação da vila, que agora, carente de serviços e instalações públicas encontram nesta instalações um modo de vida mais fácil e acessível, serviços estes na maioria das vezes encontrados somente na cidade de Tucuruí/ PA ou na cidade de Baião/PA.

Segundo LIMA (2016, p. 15):

Antônio Lobo construiu um posto de saúde e um mercado e inaugurou as obras no dia 26 de outubro de 1986. Entregou também um barco com a capacidade de 12 toneladas, com motor de 14CV reversível comprado com recursos do governo do estado e entregou à comunidade, sob a coordenação de senhor José Tenório no dia 18 de janeiro de 1987. O seu sucessor, prefeito Edvard Barbosa, construiu na Vila Nova Jutáí um trapiche e uma casa para os colonos, ambos foram inaugurados no dia 30 de novembro de 1991.

No entanto outro fato imprevisível determinante para a formação da atual vila, foi a delimitação do município de Breu Branco, onde agora a Vila Nova Jutáí não se via mais como pertencente ao município de Baião, esta demarcação gerou uma série de desavenças, tanto por parte das autoridades municipais como também acabou dividindo opiniões dos moradores da vila sobre o que seria vantajoso e o que seria desvantajoso com essa mudança. Lima (2016), relata que, os políticos e principalmente o prefeito de Baião, na época era o senhor Edvard Barbosa não aceitaram e trouxeram um fiscal do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística) para confirmar à comunidade, na qual ficou tudo esclarecido e Jutáí realmente passaria a pertencer a Breu Branco.

O “conflito” gerado se agravou ainda mais, quando o prefeito de Breu Branco na época o senhor Armênio de Oliveira Barreirinhas passou a visitar e

resolver os problemas que existiam na comunidade, gerando nos representantes políticos baionenses um sentimento de revolta, pois achavam que não deveriam renunciar à Vila Jutaí. Foram feitas várias tentativas de encontro entre as partes afim de resolver o problema, todas sem sucesso, deixando então decisão nas mãos dos moradores da vila que optaram por fazer parte do município de Breu Branco, que nesse período tinha como prefeito Egon Kolling, que em 15 de abril de 1997 trouxe para nova Jutaí um motor com gerador, gerando energia elétrica para a população, além de ter implantado 5ª e 6ª séries na escola local e em uma cerimônia tomou posse da vila. Cabe ressaltar, que alguns moradores não queriam que Jutaí fizesse parte do município de Breu Branco e, em alguns momentos, existiam discussões entre os que queriam a mudança e os que não concordavam com ela.

Recentemente, mais precisamente em 2011 a comunidade mais uma vez escreve um capítulo importante em sua história, sendo intitulada e reconhecida como comunidade remanescente de quilombos, sem dúvidas este reconhecimento se torna merecido pela história da vila e pelo o que seus moradores passaram, essa conquista possibilita fortalecer e melhorar a vida de seus habitantes e dando continuidade à cultura e identidade da vila sem deixar de lado sua importante e rica história.

Diante dos fatos mencionados, é possível observar que ao longo de sua de formação a Vila Nova Jutaí passou por vários processos históricos, foram estes que moldaram o que hoje é a vila, dar ênfase a esta história e compreender o seu passado nos possibilita pensar em uma vila com transformações constantes, estender estas transformações é entender o espaço onde vivemos, afim de criar novas perspectivas e resolver os problemas encontrados no espaço habitado.

2.3 E M E I E F Jutaí: Análise histórica e atual da educação na comunidade.

Um agente significativo na formação da vila foi e é a escola, diferente de outros como; a cheia, a mudança de localidade, mudança de município entre outros que ficaram na história, a escola sempre assumiu seu papel mediante a história da vila, contribuindo não somente para a formação da vila, mas também de seus habitantes, tendo a mesma também sua história diretamente ligada ao

processo de desenvolvimento da comunidade em que está inserida. Respectivamente, iniciou suas atividades quando a comunidade ainda se localizava na Ilha Grande de Jutaí, que por motivo de um grande fenômeno natural obrigou seus moradores a abandonarem suas moradias, pois a água grande de 1980 inundou o local. Com tão grande tragédia, praticamente todos os moradores fixaram moradia no local onde hoje é a Comunidade de Nova Jutaí, nome que foi dado na época. Lima (2016, p. 16) afirma que:

[...] a escola foi de fundamental importância para a estruturação e organização social. De imediato, a escola recebeu o nome de “Escola Mista Deputado Raimundo Ribeiro de Sousa”, anos depois foi trocado para o atual nome, em homenagem à comunidade local.

Nesse período a escola contribuiu para reabilitação da vila, devido os fatos ocorridos ao longo da formação de sua, a escola teve o papel de assumir a responsabilidade de maior órgão público na comunidade, muitas vezes era a escola responsável em organizar eventos e reuniões com os moradores. Então percebe-se que desde cedo a mesma foi o agente propulsor na formação da comunidade, assim também como a comunidade é até hoje importante na construção dialética e física da escola, esta troca mútua possibilitou uma interação entre ambos, está interação dá a escola a função de papel social perante a comunidade, e mais a frente entenderemos o significado deste papel social e suas influências.

Figura 5: Antiga Escola Raimundo Ribeiro de Souza – localizada na atual Vila Nova Jutaí.



Fonte: MOREIRA, 1990.

Durante esses anos, muitos profissionais ajudaram no intenso e árduo trabalho em benefício da educação, alguns já em saudosa lembrança, outros, aposentados, deram sua valiosa contribuição para que a escola se constituísse no que é hoje. Ela permanece firme em seu propósito de sempre lutar por uma sociedade mais igualitária e inclusiva, que buscam sempre melhorar suas práticas pedagógicas. É o que afirma Lima (2016) que, conforme PPP, a escola vê na sociedade um cidadão em potencial que precisa ser transformado efetivamente num cidadão apto para desempenhar o pleno exercício da cidadania. Tão somente com objetivo de unir os membros das comunidades, fazendo com que participem diretamente nas transformações que necessitam, buscando com que adentrem na instituição e vejam o processo de aprendizagem aplicados em seus filhos, sobrinhos, netos.

Figura 6: Escola Municipal de Educação Infantil Ensino Fundamental “Jutaí”, atual escola da comunidade.



Fonte: PAIXÃO, 2019.

Hoje a Escola Municipal de Educação Infantil Ensino Fundamental “Jutaí”, está localizada na Rua 7 de novembro – Vila Nova Jutaí – Breu Branco – PA, atua nas modalidades de ensino infantil e ensino fundamental, tem em seu quadro 400 alunos, 17 professores, 04 seguranças patrimoniais, 09 auxiliares de serviços gerais, 2 auxiliares de secretaria, 01 diretor e 01 professora de suporte pedagógico, atende 18 turmas comportando-se no seu funcionamento em dois turnos, matutino e vespertino.

Figura 7: Mapa de localização da EMEIEF Jutai.



Fonte: PAIXÃO, 2018.

No que tange ao desenvolvimento educacional, segundo o PPP da escola, por adjunto de equipamentos tecnológicos para o aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem, a escola ultimamente tem passado por processos de avanços decorrentes da modernização, tornando assim o ensino mais eficaz para todos que buscam seus serviços. Esses equipamentos ajudam a ampliar e facilitar o desenvolvimento das atividades realizadas sobre o conhecimento humano de forma sistematizada. Possibilitando aos educandos oportunidade de compreender as diversas áreas do conhecimento que são a eles proporcionadas no dia-a-dia de sala de aula.

No entanto Lima (2016) afirma que, mesmo com esses equipamentos, ainda não são suficientes para desenvolver as competências e as habilidades dos alunos para que estes sejam capazes de acompanhar a grande evolução desse mundo globalizado. O autor sugere que, para isso acontecer, é necessário aumentar o acervo de materiais tecnológicos como: mais computadores com acesso à internet, sala de vídeo entre outros.

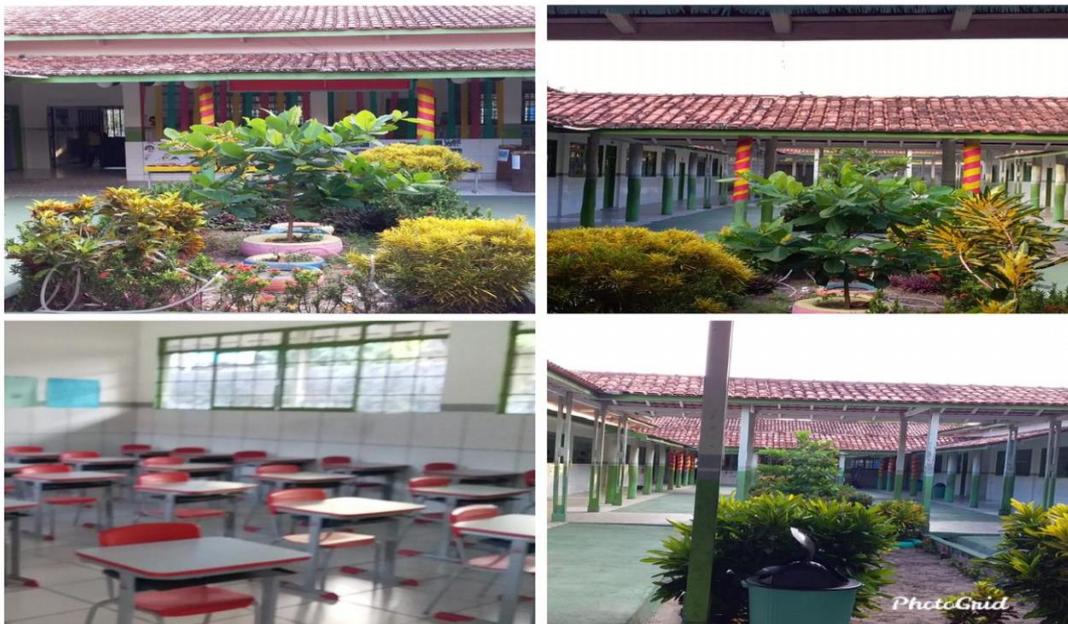
Lima, (2016, p. 18):

Os recursos pedagógicos que auxiliam o educador em sala de aula para um bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem aqui existentes, ainda não são suficientes para atender as necessidades dos educandos em todas as áreas do conhecimento. Sendo assim, precisa juntar forças com o conselho escolar através dos programas

de desenvolvimento da escola, mantido pelos governos federal e municipal, para que juntos possam garantir o fornecimento desses recursos pedagógicos que a escola ainda não possui, diminuindo, portanto, o grau de dificuldades que os alunos vêm enfrentando no cotidiano de sala de aula.

Por outro lado, a estrutura predial física da escola encontra-se em ótimo estado, ideal para o uso do corpo escolar e comunitário, o mobiliário dos diversos setores deste prédio, estão em perfeito estado de uso e conservação, somente alguns precisam de manutenção cotidianamente, isso tanto na cozinha como também, nas salas de aulas, setores administrativos, sala dos professores e no pátio área de lazer dos alunos.

Figura 8: Imagens estruturais internas da escola Jutaí.



Fonte: PAIXÃO, 2019.

No tocante aos projetos, a escola desenvolve vários, dentre alguns; Paredão de Ciências Naturais, Blitz da leitura, Projeto Soletrando, Projeto É hora da Leitura, Projeto Game Estudantil, Pedalada Ecológica. Esses são os principais, os que direcionam a escola, mas existem outros menores que também ajudam o aprendizado dos educandos, como por exemplo: (É hora do banho, Pés e mãos limpas, cantando o Hino Nacional).

É possível encontrar no PPP também, as diretrizes que norteiam seu funcionamento, a educação infantil, incluída na educação básica, constitui um processo distinto de trabalho, a proposta pedagógica é estabelecida segundo os seguintes eixos; linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade,

movimento, artes visuais e música. Sendo estes eixos explorados em atividades individuais e coletivas estruturadas pelo professor regente, além desses eixos, é possível também desenvolver trabalhos com o ensino religioso, como uma área de conhecimento:

[...] A carga horária diária para a educação infantil é de quatro horas com vinte minutos de intervalo. Ao final do 1º semestre o aluno receberá exercícios para serem trabalhados durante as férias.

[...] O atendimento aos alunos de 1º ao 3º ano volta-se às necessidades e interesses da criança ao mesmo tempo em que respeita e amplia os elementos mediadores de sua cultura.

[...] Aos alunos de (6º ao 9º anos), as áreas do conhecimento trabalhadas, por especialista, no ensino fundamental são: língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, inglês, ensino da arte, estudos amazônico, educação física, sociologia, filosofia e ensino religioso são trabalhados por profissionais especializados em algumas disciplinas alguns professores prestam serviços por meio de autorização, com carga horária diária de quatro horas dividida em seis horas-aula de quarenta minutos, com intervalo de dez minutos. **(PPP - Plano Político Pedagógico da E.M.E.I.F “Jutaí”, 2019).**

A avaliação é contínua, contextualizada ou tematizada com conclusão prevista em calendário, bem como a utilização de diversos instrumentos, caracterizando a avaliação processual. Vale ressaltar, que a escola Jutaí é composta por companheiros e que, em todos os momentos do desenvolvimento da função educacional, tanto nas situações de sucesso como também nas em que os resultados não são tão satisfatórios que aparecem no dia a dia da vida escolar, sempre estão juntos para enfrentar as situações a que forem expostos.

Por fim, cabe destacar o papel que a escola assume perante a comunidade, e as suas influências na vida dos indivíduos deste espaço, é necessário falar também sobre os desafios que a instituição enfrentou e enfrenta ao longo de sua trajetória na vila. Fazendo uma ressalva, sobre a importância da mesma em sua formação, e agora como a instituição está integrada ao restante da comunidade, quis suas relações, no que seu desempenho implica na formação destes cidadãos e quis suas perspectivas acerca da valorização da história da vila e qual o seu posicionamento sobre a cultura, modos, e tradições deste espaço, munido e rico destes elementos.

2.3. Vila Nova Jutaí: Cultura africana e afro-brasileira.

Ao longo de seus 39 anos, Vila Nova Jutaí, adquiriu agentes do processo de formação, estes agentes fazem parte dessa história que é ampla e rica, e assim como na maior parte do Brasil, aqui também o negro tem sua contribuição,

porém com traços mais fortes. A comunidade Remanescente Quilombola de Vila Nova Jutai está situada no município de Breu Branco, na região do Rio Tocantins, é uma comunidade pequena, que atualmente conta com 103 famílias, perfazendo um total de pouco mais 1100 pessoas, a maioria descendentes de escravos ou de remanescentes de escravos.

Jutai nasce no início do século XIX, os fundadores da comunidade foram negros que fugiram dos senhores de escravos e do alistamento obrigatório para a Guerra do Paraguai (1864-1870), também participaram da formação da comunidade negros vindos da cidade de Baião, Mocajuba e Cametá. Atualmente, a economia da comunidade está assentada principalmente na atividade agrícola e pesqueira, sendo que a maioria do que é produzido destina-se ao consumo da própria comunidade, além disso, criam animais de pequeno porte, tais como as galinhas e porcos.

São plantados arroz, milho, maniva, feijão, cacau e frutas, que garantem a subsistência da comunidade o excedente de arroz, cacau e farinha de mandioca são vendidos nas cidades de Baião, Cametá e Tucuruí.

Figura 9: Atividades agrícolas e pesqueiras na comunidade.



Fonte: LIMA, 2016.

A mandioca é o principal alimento das famílias quilombolas. A produção de sua farinha é realizada nas casas de farinha da comunidade, que são de uso comum de todos. No entanto, é uma propriedade individual e desde seu plantio

até a produção da farinha, todas as etapas são munidas de traços e tradições indígenas e africanas, o ritual mais típico é o “*Cunvidado*”.

Figura 10: Produção da farinha de mandioca na comunidade.



Fonte: LIMA, 2016.

Na comunidade existem áreas de uso familiar e áreas de uso coletivo, as roças e casas são familiares, enquanto os rios, as árvores, as casas de farinha, a usina de energia e o porto são de uso coletivo, o plantio da roça é o momento da celebração do ritual denominando “*Cunvidado*”, uma prática tradicional das comunidades quilombolas do município de Cametá que em Jutai continua bastante viva, o “*Cunvidado*” é realizado no período de limpeza das áreas para o plantio, de mandioca, é uma espécie de mutirão. Várias pessoas se mobilizam para ajudar no plantio da roça de algum membro da comunidade por meio de um ritual que mistura trabalho, lazer e religiosidade.

Este ritual é organizado sempre pelo dono do roçado, denominado “roceiro”, que convida outros membros da comunidade, denominados “camaradas”, para ajudarem no seu plantio, forma-se, assim, uma “*companhia*” que fará coletivamente o plantio da mandioca naquela roça, e posteriormente a farinha era fabricada no forno de cobre para torrar e a massa era espremida no tipiti.

Figura 11: Fabricação da farinha de mandioca e o ritual quilombola denominado “Cunvidado”.



Fonte: LIMA, PAIXÃO, 2016.

O santo Padroeiro de Jutaí chama-se "*Santíssima Trindade*", antes do início do festejo realiza-se uma novena, são nove dias de muita reza e festa em homenagem a “*Santíssima Trindade*”, outros Santos cultuados na comunidade de Jutaí pelos descendentes quilombolas eram “*São Xirado*”, “*São Benedito*”, “*Santa Filomena*” e o “*Divino Espírito Santo*”, as pessoas andavam de casa em casa tirando donativos para o Santo com luz de lamparinas ou candeia, como era chamado naquela época, as mulheres quilombolas catavam conchas no fundo do Rio Tocantins, onde ainda encontramos até hoje, prevalecendo os costumes de nossos antepassados, e a festa dançante era o “*Samba do cacete*”.

Embora cada comunidade o realize de uma forma particular, os instrumentos, os ritmos, as formas de dançar e as letras das músicas são bastante semelhantes. O que varia são as ocasiões nas quais ele é celebrado. No *Samba do Cacete* são utilizados dois tambores grandes confeccionados pelos próprios quilombolas com troncos ocos de árvores e tendo em uma das extremidades um pedaço de couro amarrado com cipó.

Figura 12: Produção dos instrumentos do samba de cacete e apresentação do samba de cacete na comunidade.



Fonte: LIMA, 2017.

Em cada tambor sentam-se dois batedores, que são chamados de *tamborineiros* e *caceteiros*, eles ficam de costas um para o outro, os *tamborineiros* batucam o couro com as mãos e os *caceteiros* batucam a parte de madeira chamada *cacetes*. Para dançar o *Samba do Cacete*, as mulheres utilizam saias longas e rodadas e os homens calças curtas, são os homens que normalmente tocam e mulheres dançam e cantam. As dançarinas dançam girando e vão se esquivando dos toques dos homens, que tentam alcançar seus pés descalços. As mulheres fazem um passo chamado Cáiana, onde os homens cantam a primeira estrofe e as mulheres respondem. A seguir algumas letras das canções mais utilizadas:

Eu sentei em cima do samba

E agora queremos ver

Morena mete cana

Deixa eu moer

Deixa eu moer, deixa eu moer

Morena mete cana

Deixa eu moer" (**Letra do Samba do Cacete cantada por moradores da vila**).

"Não tenho pai não tenho mãe

Não tenho irmãos

Só tenho Deus por mim e a Virgem da Conceição

Porque tu choras

Tua mãe ainda não morreu

Teu pai ainda está vivo

E o teu irmão sou eu." **(Letra do Samba do Cacete cantada por moradores da vila).**

"Gavião que passou pelo ninho

Levou pena de meu passarinho

É pena, é pena, é pena

É pena de meu passarinho." **(Letra do Samba do Cacete cantada por moradores da vila).**

Para viajar os descendentes quilombolas utilizavam casco conhecido hoje como canoas, que na época eram movimentadas por velas de saco, que viam açúcar ou faia, nas viagens armazenavam águas para beber em uma vasilha chamada Bilha ou Muringa, os alimentos eram preparados assados ou cosidos na fogueira de lenha tirada no mato. O óleo usado era de castanha do Pará de bacaba, de babaçu, os temperos favaca, chicória, alho em rama e o corante de urucum e o açafraão, o dinheiro daquela época era o vitém, tostões, pataca e réis que eram guardados em recipientes chamados butija, o artesanato destes descendentes que continua até os dias atuais é a fabricação de peneira, abano, paneiro de cipó chamado de jacitara, timbuí ou ambé, além de vassoura de olho de bacabeira ou timbuí.

Todos os fatos acima mencionados, são de pessoas que são bisnetos ou tataranetos dos primeiros moradores que aqui chegaram. Todos remanescentes de pessoas escravizados no passado, inclusive o senhor João do Espírito Santo e o senhor Geraldo Gonçalves, são os dois primeiros moradores e ainda tinham nos tornozelos marcas da argola que os escravos usavam. A seguir serão apresentadas imagens desses moradores descendentes e remanescentes de escravos que vivem na vila.

Figura 13: Imagens de moradores descendentes e remanescentes de escravos que vivem na vila.



Fonte: LIMA, PAIXÃO, 2019.

É de muita valia ressaltar que nas imagens dos moradores apresentadas acima, duas figuras relevantes para formação da vila estão presentes, porém, infelizmente hoje não estão entre nós, “Srº Caetano Pompeu e Srº Benedito Farias Coelho”.

2.4. Análise contemporânea: Problemas acerca da perda de identidade e cultura quilombola na comunidade.

É evidente que, durante toda história de Vila Nova Jutáí, houve processos, fatos e fatores que junto a sua estrutura e habitantes ajudaram a moldar o que a vila é hoje, é fato que toda essa história é munida de aspectos positivos, nos quais podemos citar como; a facilidade em termos de localização, que ajudou no acesso ao local, resultante a isto posteriormente a instalação de energia elétrica, dentre outros, mas também possibilitou a criação de alguns aspectos negativos. E, é especificamente sobre estes que este capítulo se estrutura, encontrar, analisar e debater sobre tais aspectos, ajudará na busca por respostas sobre os possíveis problemas atuais que a comunidade vivencia, um deles, talvez o mais forte, está relacionado a cultura e identidade quilombola na vila.

Lima (2016), afirma que, lá atrás, na Ilha grande, antes mesmo dos acidentes naturais resultando na formação da vila posteriormente na terra firme,

a vila por intermédio de seus moradores, destituía-se de seus modos, culturas e tradições, esta tríade era influenciada a partir das historicidades e sujeitos africanos, afrodescendentes e ribeirinhos, os festejos, crenças e rituais constituíam a vila em termos culturais, esta construção foi resultado de anos de processo de habitação e relação homem – homem, homem – natureza. Com os castigos dos acidentes naturais sobre a comunidade, não só enfraqueceu sua dinâmica e cotidiano aliados a vila, como também os sujeitos munidos de história, cultura e tradições que juntos formavam uma identidade, identidade está específica daquele lugar, daquele território, e que agora se vê enfraquecida diante desses acontecimentos.

A “água de 80”, levou consigo muito mais que casas, plantações e animais, levou também elementos históricos, culturais e identitários que levaram décadas para se formar, inicia-se então um sério problema. Mediante a esta análise, segundo Arias (2002, p. 9), a cultura não é algo dado, um patrimônio biológico, mas uma construção social e historicamente situada; em consequência, é um produto histórico concreto, uma construção que se insere na história e, especificamente, na história das interações que os vários grupos social se estabelecem ” .

Esta análise nos permite pensar até que ponto a identidade de um povo pode ser determinante para sua existência? É o que afirma Pedroso (1999, p. 32):

Um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação”. Percebe-se a importância de se conhecer as raízes da própria cultura para que haja a formação de identidade, no propósito de se definir enquanto cidadão sabendo situar-se na sociedade.

Portanto, agora, cabe refletir no modo em que esta cultura incorporada junto a identidade, se estabeleceu nesta nova formação, neste novo território, neste novo lugar, qual sua relação com este meio? E como ela irá se apropriar de tal através dos indivíduos que habitam este espaço? Estas perguntas são pertinentes e se apresentam na medida em que a vila vai se formando. Em Vila Nova Jutai (atual vila), esta identidade ainda não se estabeleceu com propriedade, para compreender este problema é necessário destacar dois fatores importantes no agravamento do tal, o primeiro está relacionado ao pouco tempo em que a vila se localiza neste novo ambiente, o segundo está

inteiramente ligado ao modo de vida moderno que a comunidade vivencia neste momento.

O primeiro, diretamente ligado a formação histórica da vila, ainda apresenta fortes sequelas do acidente natural em que a vila foi castigada, isto porque ela tem somente 39 anos, no entanto, é necessário destacar que, no decorrer desta formação algumas tradições culturais foram deixadas para trás, e outras trazidas por moradores antigos correm o risco de se extinguir devido a falta de capacidade de se perpassar para os moradores mais novos da vila, isto porque agora os mesmos provam de um modo de vida tecnológico que os priva do interesse de da ênfase as tradições, modos e cultural de seus antepassados. Este segundo, e tão mais agora recente, ganha o poder de influenciar o modo de vida dos habitantes ao seu bel prazer, obrigando-os a se tornarem dependentes deste modo de vida tecnológico de escala global em que passamos e vivenciamos pondo em cheque a continuidade dos modos de vida, costumes e tradições herdados pelos negros escravos, brancos foragidos e índios bastados, leva-se em conta que, foi a partir dessa junção que o quilombo veio a existir.

Os fatores apresentados, cooperaram para o enfraquecimento da cultura e identidade quilombola na comunidade, o problema se agrava ainda mais comparado ao desinteresse por parte dos moradores e vivência e dar atenção ao verdadeiro significa identitário da vila, que agora corre perigo de deixar de existir. No que diz respeito a continuidade dessas tradições, existe um fator mais agravante, a falta de preservação e reprodução destas culturas pode vir ocasionar futuramente uma perda de identidade, pondo em risco a existência do quilombo em sua essência, pode-se as dinâmicas territoriais se alterarem constantemente de acordo com as necessidades do capital, no entanto a cultura e modos de vida afro deve existir, são esses grupos de resistência que irão não contramão do sistema.

Portanto a identificação de pertencimento do indivíduo diante dos valores e conteúdos inerentes a realidade histórico-cultural própria desse contexto incide em uma identidade e possibilita que ele se reconheça enquanto sujeito quilombola. Cabe então mediante a este cenário de perda de identidade em detrimento da cultura, propostas que possibilitem a preservação e

continuidade dos modos de vida, costumes e tradições da cultura quilombola na comunidade, utilizando-se de sujeitos influentes neste ambiente com o intuito de sanar tal problema.

3. O PROJETO NÓS PROPOMOS COMO INTERVENÇÃO METODOLÓGICA PARA O RESGATE DA CULTURA E IDENTIDADE NA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE VILA NOVA JUTAÍ.

Para que a discussão deste capítulo tenha uma compreensão mais simplificada, é necessário tratar acima de qualquer coisa o termo “projeto”, como surgiu? Seu objetivo? Sua integração e importância na educação e na escola? Estas são algumas perguntas pertinentes quando se levanta esta discussão. Martins (2003, p. 32) afirma que, trabalhar com projetos na escola não é uma ideia nova; ela surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos, concebida pelo filósofo e educador John Dewey e desenvolvida por seu discípulo Kilpatrick”.

Nos anos 90 no Brasil, o trabalho com projetos, educando em uma visão mais global, complexa, íntegra e contextualizada do processo educativo, foi aplicado à organização de conteúdos programáticos das disciplinas, em escolas de Minas Gerais proveniente da grande aceitação na Europa através dos trabalhos de Miguel Arroyo, onde a referida proposta consistia em:

Depois de aperfeiçoada e alterada, em desenvolver trabalhos capazes de vincular a sala de aula à realidade social na qual o aluno vive, para que ele pudesse entendê-la melhor, mostrando, assim, que o processo de aprendizagem é um processo global, que integra o saber com o fazer, a prática com a teoria, em outros termos, a pedagogia da palavra com a pedagogia da ação. (Ibidem, 2003, p. 32-33).

Esta aceitação possibilitou um amplo e sadio relacionamento com a educação, a partir dos métodos de aplicação, e com a escola, espaço de reprodução dessas práticas. Sua contribuição na educação se dá pelo fato de os projetos propõem uma aprendizagem mais significativa em relação a metodologias tradicionais, o que contribui para o desenvolvimento e o despertar da criatividade, possibilitando aos indivíduos sair do senso comum e adotar uma consciência crítica Silvia; Tavares (2010, p. 236- 245). E na escola por Fonte (2011, p. 34):

Os projetos de trabalho não se inserem apenas em uma proposta de renovação de atividades – tornando-as mais criativas – o que exige um repensar da prática pedagógica e das teorias que a estão informando. É fundamental que a escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deva necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia a dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior. A formação escolar deve

propiciar o desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as éticas etc., só se torna possível mediante o processo de construção e reconstrução de conhecimento.

A palavra projeto não tem um significado específico, comparada ao desejo, intenção de fazer ou realizar (algo) no futuro, como também, um plano, descrição escrita e detalhada de um empreendimento a ser realizado, plano, delineamento, esquema, e retratado de diferentes formas em obras de vários autores, nos possibilita pensar em métodos dos mais diversos e variados, já que a palavra “método” tem sua colaboração importante em forma de organização. O longo e amplo arcabouço metodológico acerca deste projetos e como são empregados, nos permitem pensar em diversas perspectivas de análises, é dentro de uma delas, que este método se introduz, encontrar e propor soluções para os problemas sociais, culturais, políticos, econômicos e etc., pode se torna ainda mais significativos quando incorporados a projetos de intervenção metodológica em sala de aula, junto a realidade vivida pelo aluno, seja na escala local.

É dentro desta análise que nasce o “Projeto Nós Propomos”, seu objetivo principal é dinamizar o estudo de caso e promover a autonomia dos estudantes, mediante identificação dos de problemas locais, execução de trabalho de campo e apresentação de sugestões de intervenção Claudino (2018). É com esse objetivo que esta pesquisa se desenvolve, encontrar problemas locais relacionados a perda de identidade e cultura quilombola na CRQ Vila Nova Jutáí, e propor medidas de intervenções para as possíveis soluções destes problemas, dando aos envolvidos autonomias para desenvolver a pesquisa, e proporcionando uma relação maior entre escola e comunidade através de seus alunos.

3.1. O Projeto Nós Propomos.

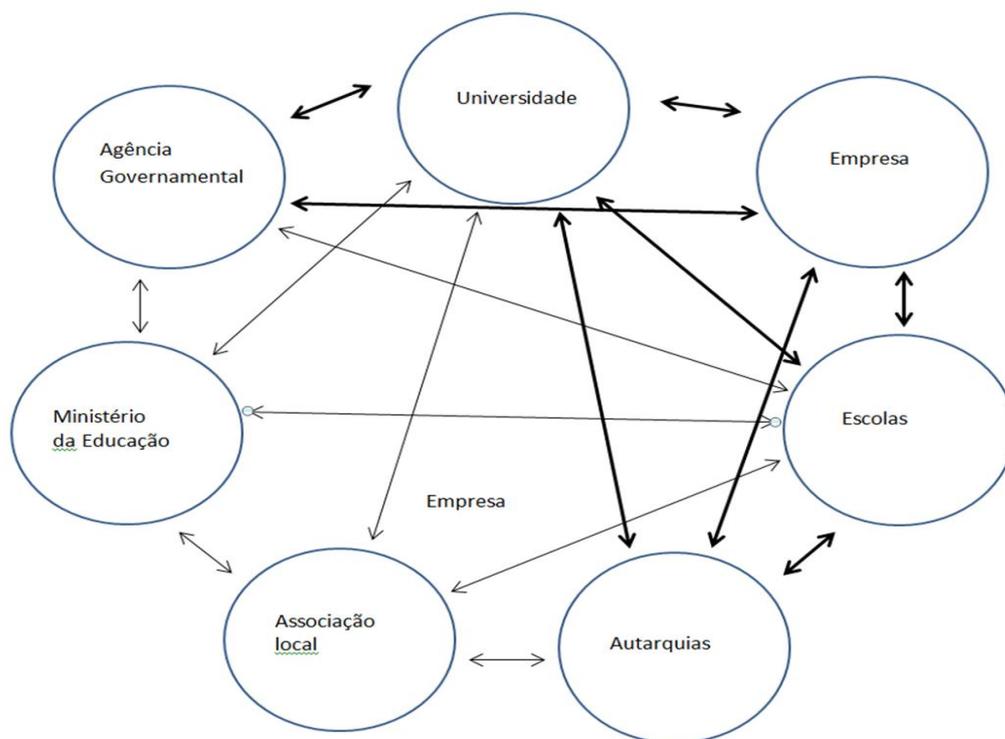
Liderado pelo o professor Sérgio Claudino, o projeto Nós Propomos foi idealizado em 2011 pela Universidade de Lisboa Portugal, é coordenado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) e tem como objetivo promover a cidadania territorial, mobilizando alunos para a identificação das principais orientações do plano diretor municipal e a apresentação de propostas de intervenção nos bairros, objetivando desenvolvimento local sustentável. O

Projeto mobiliza o Estudo de Caso para a identificação de problemas locais e a apresentação de propostas de resolução pelos alunos. Simultaneamente, pretende promover a parceria entre diferentes parceiros (universidade, escolas, autarquias, empresas e associações), com quem se tenta estabelecer protocolos de cooperação, seguindo seus eixos estruturantes. É o que afirma o professor Claudino em uma entrevista em 12 de março de 2017 ao IGOT/Lisboa:

São eles: promover uma ativa cidadania territorial junto a comunidade escolar; aproximar o poder local das comunidades por meio da participação dos jovens e de suas escolas; contribuir para o desenvolvimento sustentável das localidades e dos municípios onde se desenvolve; valorizar o estudo de caso como trabalho experimental sobre problemas locais; promover abordagens metodológicas inovadoras no âmbito do ensino de geografia; incentivar a atividade de investigação em geografia; mobilizar alunos e professores para a utilização de tecnologias de informação em estudos de âmbito prático; e fomentar redes de cooperação entre atores locais, como universidade, escolas, autarquias, empresas e associações.

Depois de uma primeira fase de sensibilização para as questões da cidadania e desafios locais, os alunos identificam, em pequenos grupos, problemas que lhes são significativos, na área da escola e da sua residência, estes problemas se incorporam dos mais variados tipos, como, desde a elaboração de um calendário de coleta de lixo semanal construído em parceria com os moradores do bairro, até a confecção de maquetes relacionado a necessidade de materializar um possível espaço inexistente/ou que precisa de reformas naquele território afim de trazer melhorias para a comunidade. Os alunos realizam, então, um pequeno trabalho de pesquisa sobre o problema que selecionaram e elaboram junto à comunidade proposta(s) de resolução do mesmo, essa inteiração permite ao aluno um olhar crítico e aprofundado acerca dos problemas existentes no seu espaço habitado.

Figura 14: Esquema estrutural do Projeto Nós Propomos/órgãos públicos e privados.



Fonte: Geografia e ensino de geografia | blog, 2019.

Hoje o Projeto Nós Propomos encontra-se em expansão para além de Portugal e vários outros países como, na Espanha, Moçambique, Brasil, Colômbia e Perú, essa expansão se dá devido a eficácia do projeto e o que ele desenvolve. No Brasil, o primeiro estado a receber o projeto foi Tocantins/ TO em 2014 através da UFT (Universidade Federal do Tocantins) e em 23 de fevereiro de 2016 o Projeto foi lançado oficialmente e suas atividades passaram a ser programadas com a finalidade de interação entre os agentes: universidade, escola de ensino médio e da população em geral, expandindo-se para outros estados como Paraíba, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará entre outros, distribuindo-se por mais de 20 instituições brasileiras.

No estado do Pará, o projeto está em execução nas cidades de Bragança, Santarém e mais recentemente em Marabá, na UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), coordenado pelo o Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza, e foi desenvolvido através do Laboratório de Estudos

Urbanos (LEURB) na Escola Municipal “Deuzuita Melo de Albuquerque” no ano de 2018.

Figura 15: Imagens do Projeto Nós Propomos desenvolvido na Escola Municipal “Deuzuita Melo de Albuquerque” em Marabá/PA 2018.

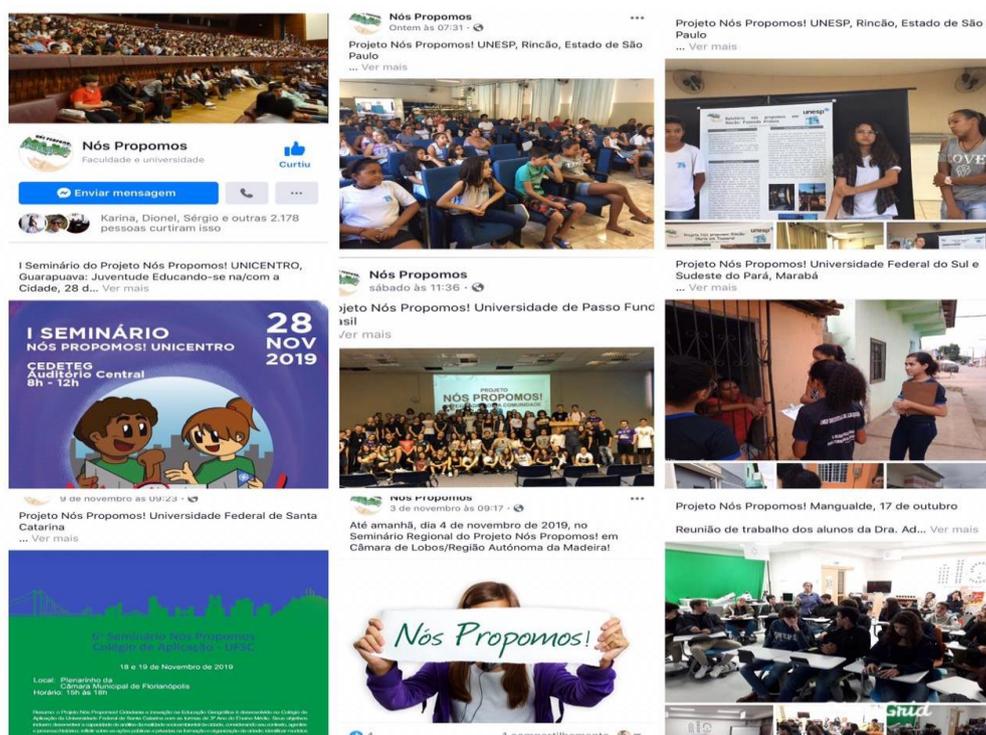


Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Cabe ressaltar da importância que o projeto tem para as demais disciplinas, tornando-o assim um projeto não somente de cunho geográfico, mas demonstrando a interdisciplinaridade que o Nós propomos tende a proporcionar. Os resultados foram apresentados em na “Feira do Conhecimento” da escola, além satisfatório contribuiu para fortalecer a relação escola e comunidade através dos alunos, onde juntos puderam buscar melhorias para seus respectivos bairros.

O projeto conta também com a colaboração das redes sociais, que por meio de sites, face book, Instagram e blogs, anunciam e publicam o que está sendo desenvolvido no âmbito do projeto, no Brasil e no mundo. Essa inteiração com as tecnologias é outra característica do projeto, que busca de forma harmoniosa fazer dessas tecnologias um recurso, não só de divulgação como também de ferramenta didática auxiliando na construção e desenvolvimento do projeto em diversas etapas.

Figura 16: Imagens do Projeto Nós Propomos nas redes sociais.



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/nospropomos/>, 2019.

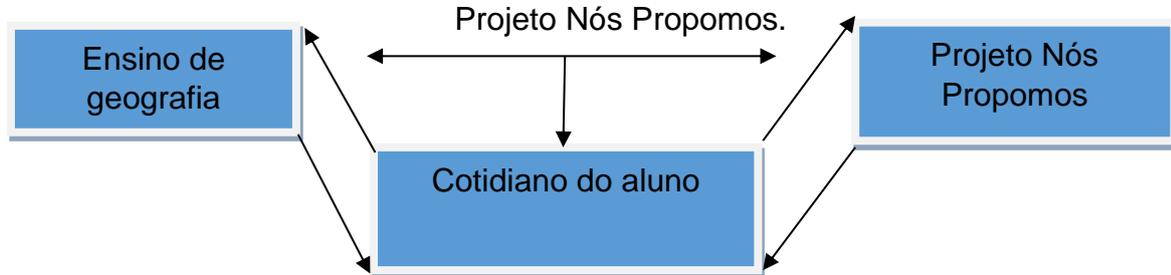
A dimensão que este projeto atingiu, nos permite pensar em quais perspectivas ele pode ser analisado, a partir das mais variadas ciências que o mesmo se adapta, no entanto, o que cabe aqui ressaltar, é a relação que o Projeto Nós Propomos tem com a geografia, especificamente falando, o ensino de geografia. Esta análise é pertinente na medida em que o ensino de geografia e o projeto quando agregados, trazem resultados significantes, mas, até que ponto o projeto pode ser importante para o ensino de geografia? Mais ainda, o que o ensino de geografia pode agregar ao projeto? Essas perguntas serão analisadas no próximo item.

3.2. O projeto Nós Propomos e o ensino de geografia.

Contemporaneamente muito se debate a respeito do ensino de geografia e a realidade do aluno, é pertinente a associação entre ambos e a importância que essa relação tem para o ensino e aprendizagem, a necessidade de considerar o lugar/ambiente do aluno acaba se tornando um elemento de fundamental importância no processo de construção dos conceitos geográficos a partir de uma perspectiva sociocultural. Segundo Carlos (2007, p.17), é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa

pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios.

Figura 17: Esquema relacionando ensino de geografia, cotidiano do aluno e o



Fonte: Paixão, 2019.

É justamente nessa perspectiva que o Projeto Nós Propomos se torna indispensável na construção destes conhecimentos, não só propiciando novas formas de ensinar como apresentando ao aluno uma nova forma de aprender, ao mesmo tempo despendendo os grilhões que a geografia carrega consigo como uma disciplina decorativa e desinteressante, deste modo o projeto acaba agregando de forma exponencial ao ensino de geografia, respondendo uma das perguntas levantadas no capítulo anterior. Outra pergunta levantada anteriormente sobre o que o ensino de geografia pode agregar ao projeto? É necessário destacar a troca mútua de elementos que condicionam essa relação, a forma com que o ensino de geografia acaba potencializando o projeto, permitindo-nos pensar no mesmo em diversas escalas e variáveis.

A experiência que o projeto produz sobre os atores participantes, permite uma compreensão a respeito dos elementos que compõem o seu espaço, esses elementos agora analisados possibilitam a associação sobre como cada um se comporta nesse ambiente, a partir desta análise é possível através do aluno e seu espaço cultural, construir ferramentas que facilite o entendimento entre quais elementos são positivos e quais são negativos, lembrando sempre que ambos compõem o espaço, isto se assemelha ao modo socioconstrutivista elaborado por Lev S. Vygotsky.

No que tange a interação Ensino de geografia/Projeto Nós Propomos, e o quão significativa esta interação se torna significativa na construção do ensino e aprendizagem, agora torna-se necessário empregar ambos com o objetivo de descobrir problemas que se apresentam na realidade dos alunos e propor

possíveis medidas de soluções com o propósito de sanar estes problemas. Deste modo, o Projeto Nós Propomos permite-nos pensar agora a partir de inúmeras possibilidades, na medida que este problemas se apresentam no espaço habitado dos alunos, esta é a realidade da CRQ Vila Nova Jutai, assim como todo espaço geográfico, este também possuem elementos positivos e negativos que compõem o espaço, a maioria deste elementos negativos se incorporam em forma de problemas que se manifestam neste espaço, tornando necessário a aplicação e o desenvolvimento do projeto na vila, com o objetivo de encontrar estes problemas e elaborar possíveis propostas de soluções.

3.3. Nós Propomos: Problemas e proposta de solução acerca da perda de cultura e identidade na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai.

Vila Nova Jutai surgiu por conta de uma cheia onde os moradores foram obrigados a mudar de suas casas onde moravam antes na Ilha Grande de Jutai, em 1980, período em que o nível do Rio Tocantins subiu de forma nunca vista antes pelos moradores que assistiram tudo ir por água abaixo literalmente, tudo o que as pessoas tinham plantado criações de animais como: porcos, galinhas, patos e outros foram perdidos, total desespero da população por não poder resgatar suas coisas que em questão de minutos tudo estava debaixo d'água, muitos foram para terra firme outros se deslocaram para outros lugares. Dois anos mais tarde com tudo organizado, casas, escola, salão comunitário, igrejas, posto de saúde, mercado, casa agrícola entre outras obras foi possível inaugurar a nova vila, dia 27 de fevereiro de 1982 foi inaugurado à comunidade Vila Nova Jutai, a partir de então a vila tem buscado se organizar de forma estrutural e cultural, já que esses processos históricos de formação da vila acabou também afetando a cultura, identidade, tradições e costumes.

Em dezessete de outubro de dois mil e onze, a comunidade foi reconhecida pela Fundação Palmares nº 211/2011 como comunidade remanescente quilombola. Hoje a comunidade conta com uma associação organizacional dirigida pelo professor e presidente da José Moreira, coordenadores e colaboradores diretos e indiretos, AFROBRAJU (Associação Afro-Brasileira de Jutai):

Neste momento, apresenta-se a importância da Associação Quilombola na comunidade de Nova Jutaí, observando o papel das mulheres frente às lideranças. O intuito é destacar como as organizações políticas e sociais são importantes para a afirmação territorial/identitária, já que as ações coletivas para ocupar, controlar e significar o território são mecanismos usados para definir a territorialidade. (LIMA, 2017, p. 103).

Mesmo com a catástrofe natural que castigou os moradores da antiga “Ilha Grande”, forçando-os a migrarem para a margem direita do rio Tocantins os moradores tentam voltar a desfrutar de seus modos de vida, costumes e tradições, símbolo destas tentativas é o “Samba de Cacete” e a “Festa da Santíssima Trindade”, padroeira da comunidade. Devido a essas questões mencionadas, entende-se que alguns membros da comunidade possuem a necessidade de valorizar a própria cultura, como forma de valorização da identidade quilombola e do lugar. É importante realizarmos um tópico dessa natureza em que enfatiza a memória e as tradições religiosas e festivas da comunidade de Nova Jutaí, pois estamos em fase de compreender o processo aspectos ligados à identidade e cultura da comunidade.

Não somente os acidentes naturais que fomentam a história e formação da vila Nova Jutaí cabe destacar também, os entraves que a cultura africana e afro-brasileira enfrenta todos os dias para se estabelecer no território brasileiro. Desde os primórdios da colonização a identidade negra e suas culturas é desvalorizada, seja de cunho religioso, seja de cunho social. Hoje um dos grandes problemas que assolam os quilombos é esta falta de auto reconhecimento negro e de suas raízes:

O descaso com a cultura africana está inclusive em sala de aula, onde só é lembrada quando se trabalha a escravidão, minimizando a importância que tem os afros- descendentes para a nossa cultura. Por este motivo foi criada a Lei 10.639, de 2003, que tenta corrigir esta dívida, incluindo o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas Escolas. É difícil entender que em um país onde 45% da população é afro-descendente, tenha que se criar leis que reconheçam a importância desta cultura e sua importância na nossa sociedade. (COSTA, Edir Ângela. Desvalorização da cultura afro-brasileira. Disponível em: <https://www.webartigos.com/>. Acesso em: 20 nov. 2019).

Também:

Nesse sentido, para a etnia negra, foram negados o reconhecimento e a valorização cultural de seu povo. Mesmo após a abolição da escravidão, ainda prevalece o prestígio da cultura colonizadora, além da imposição às novas gerações de uma história de valorização eurocêntrica. (BARROS, 2016, p. 09).

Hoje na comunidade remanescente quilombola de Jutáí este problema é evidente, boa parte da atual geração não consegue se auto reconhecer remanescente quilombola, deve-se muito a falta de continuidade dos costumes e tradições dos antepassados aos processos de formação que a vila passou e ao novo e moderno modo de vida, na qual a globalização perversa não se limita a fronteiras e se expande de maneira opressora até mesmo no âmbito cultural. Deste modo cabe destacar aqui a problemática norteadora desta pesquisa, pois bem, hoje as transformações sofridas pela comunidade de Vila Nova Jutáí em função dos meios de vida modernos, e dos fatores que nortearam sua formação, tem posto em cheque a continuidade dos modos de vida, costumes e tradições herdados pelos negros escravos, brancos foragidos e índios bastados. Leva-se em conta que, foi a partir dessa junção que o quilombo veio existir.

No que diz respeito a continuidade dessas tradições, apresento-lhes um fator mais agravante ainda, a falta de preservação e reprodução destas culturas pode vir ocasionar futuramente uma perda de identidade, pondo em risco a existência do quilombo em sua essência, e as dinâmicas territoriais se alteram constantemente de acordo com as necessidades do capital, no entanto a cultura e modos de vida afro deve existir, são esses grupos de resistência que irão não contramão deste sistema onde estamos inserido.

Portanto a identificação de pertencimento do indivíduo diante dos valores e conteúdos inerentes a realidade histórico-cultural própria desse contexto incide em uma identidade e possibilita que ele se reconheça enquanto sujeito quilombola. Cabe então mediante a este cenário de perda de identidade em detrimento da cultura, propostas que possibilitem a preservação e continuidade dos modos de vida, costumes e tradições da cultura quilombola na comunidade, é dentro desta análise que o Projeto Nós Propomos torna-se uma ferramenta metodológica necessária para pesquisar este problema e propor possíveis propostas de solução para o mesmo.

Dentro desta perspectiva, entra a escola como um dos principais agentes mediadores na construção da preservação e continuidade da cultura afro-quilombola, pois bem, em meio essa relação delicada de perda de cultura e identidade a escola tem um papel norteador. É no ambiente escolar que serão produzidas as práticas e propostas de solução para tal problema, sendo assim, a EMEIEF Nova Jutaí assumirá um papel essencial no resgate a cultura da comunidade colaborando para que o projeto se desenvolva.

A inquietação a respeito do problema levou-me a pesquisar sobre o mesmo, posteriormente apresentando o Projeto Nós Propomos ao professor de geografia “Jusicley Bezerra” e ao diretor da escola “Raileidson da Cunha Alves. A agonia por parte de descobrir os problemas pertinentes ao ambiente da vila, possibilitou no dia 8 de março de 2019 a apresentação do projeto mediante a turma do 9º ano A da Escola Jutaí, juntamente a aplicação de um questionário indutivo (anexo 1) confeccionado na etapa de construção do projeto com o objetivo de identificar os problemas da comunidade apontados por eles.

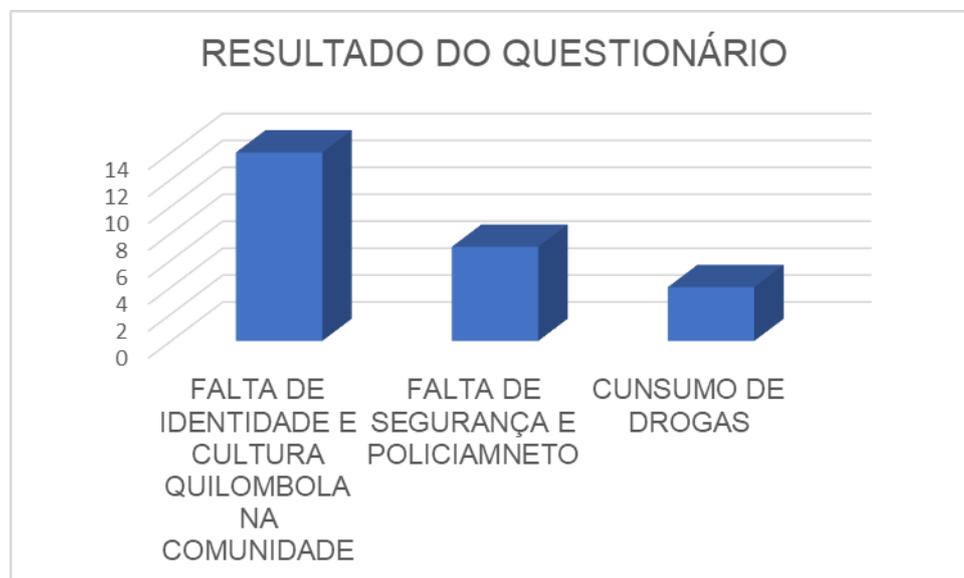
Figura 18: Aplicação do questionário para a turma do 9º ano A.



Fonte: Paixão, 2019.

A partir da aplicação do questionário, foi possível identificar os problemas da comunidade através da tabulação dos dados. e elaborar então um cronograma do projeto com etapas e objetivos propostos junto a turma.

Gráfico 1: Resultado do questionário aplicado na turma do 9º ano A.



Fonte: PAIXÃO, 2019.

E elaborar então um cronograma do projeto com etapas e objetivos propostos junto a turma.

Quadro 4: Cronograma do projeto

1ª Etapa	Aplicação do questionário.
2ª Etapa	Resultados dos problemas encontrados.
3ª Etapa	Divisão dos grupos de acordo com os problemas.
4ª Etapa	Elaboração dos formulários pelos grupos e aplicação aos moradores da comunidade.
5ª Etapa	Tabulação e apresentação dos dados.
6ª Etapa	Elaboração das propostas de soluções.
7ª Etapa	Apresentação das propostas.

FONTE: PAIXÃO, 2019.

Na apresentação dos resultados (figura 18), foram identificados 3(três) problemas apontados pelos alunos, são eles: Perda de identidade e cultura quilombola; Falta de segurança e policiamento; Consumo de drogas. Dentre eles, iremos dar ênfase nesta pesquisa especificamente ao problema 1 (Falta de cultura e identidade quilombola na comunidade), é nítida a vantagem em relação aos outros dois problemas, fortalecendo ainda mais a problemática desta

pesquisa. Posteriormente, de acordo com o cronograma do projeto, e concluído a 1ª e 2ª etapa, foi possível desenvolver a 3ª etapa (quadro 4).

A divisão dos grupos ocorreu de acordo com os problemas, no qual o grupo com maior afinidade sobre cada um dos três foi selecionado, a 4ª etapa os alunos com o auxílio dos colaboradores do projeto, deram início a confecção dos formulários. Cabe ressaltar que o objetivo desta etapa era fazer com que os alunos produzissem perguntas objetivas quem os mesmos sempre tiveram curiosidade em descobrir as respostas, já que os mesmos também são moradores da comunidade e vivenciam estes problemas. E posteriormente a aplicação destes formulários aos moradores da comunidade (anexo 2).

Figura 19: Confecção dos formulários e aplicação aos moradores da comunidade.



Fonte: PAIXÃO, 2019

Com a tabulação dos dados junto aos grupos, e as suas contribuições sobre o que eles observaram na aplicação (anexo3), ficou claro que os demais moradores também achavam o (Problema 1), como um problema agravante na comunidade, em vídeos, gravações e fotos (figura 19) os moradores apontaram que um dos fatores que contribuem para o agravamento do problema na comunidade e também em discussão com os grupos, é a falta de um espaço

(local) onde essas culturas sejam reproduzidas cotidianamente envolvendo toda a comunidade, desde as crianças até os moradores mais velhos da vila.

Junto aos grupos foi discutido algumas propostas que materializassem a necessidade de um espaço para preservar e dar continuidade a cultura quilombola na comunidade, onde a principal abordagem e em consenso de todos foi a confecção de uma maquete que representasse um espaço onde fossem desenvolvidos várias práticas culturais que fomentassem a identidade e a tradição da cultura quilombola na/da vila. Desta forma trabalhar maquete não somente facilita a compreensão em relação ao material teórico agora materializado, como também estimula no aluno o conhecimento acerca deste material didático tem significativo para aprendizagem, Silva e Muniz (2008, p. 67) afirmam que:

“Incentivar o aluno a produzir maquetes permite uma participação maior deste no processo de aprendizagem, além de dar oportunidade ao educador para perceber o contexto sociocultural em que os estudantes estão inseridos”.

Figura 20: Confecção da maquete.



Fonte: PAIXÃO, 2019.

A confecção da maquete (figura 19) se deu a partir de uma aula acerca do que é maquete? e como elaborar uma? junto ao grupo, uma vez que os mesmos compreendem o significado e qual o objetivo se torna mais facilitador o processo de confecção. A maquete sendo uma representação real e um espaço proposto agora ganha forma, a confecção foi feita em parceria, alunos e

moradores da comunidade, na medida em que os moradores opinavam e davam sugestões a respeito de quais espaços introduzir na maquete (figura 21).

Figura 21: Maquete representado o espaço que fomentasse a cultura quilombola na/da vila confeccionado pelos alunos do 9º ano junto aos moradores da vila.



Fonte: PAIXÃO, 2019.

Cabe ressaltar que, a maquete produzida (figura 21) foi elaborada através de propostas feitas pelos alunos e moradores da comunidade, cada espaço foi pensado e discutido a partir das necessidades relacionadas aos problemas (problema 1) que a comunidade enfrenta, desta forma é possível destacar alguns destes espaços representados na maquete, são eles: Sede da associação, Salão de eventos e reuniões, Espaço recreativo, Espaço de projetos socio/educacionais, Museu/casa da cultura quilombola e espaço de moradores de palestra com os moradores mais antigos da comunidade, Centro de oficinas quilombolas (artesanato, dança etc.), mais detalhes na a seguir (quadro 5).

Quadro 5: Espaços criados e representados na maquete e suas finalidades.

ESPAÇOS	FINALIDADES
Sede da associação.	Para devidos fins administrativos acerca da associação.
Salão de eventos e reuniões.	Para festejos, comemorações eventos e reuniões com a comunidade.
Espaço recreativo.	A fim de fomentar a prática esportiva e recreativo não somente como os moradores mais jovens como tão com os idosos e PNE's.
Espaço de projetos socio/educacionais.	Objetivo de desenvolver projetos socio educacionais de âmbito cultura junto aos moradores, integrando não somente como os moradores mais jovens como tão com os idosos e PNE's e demais.
Museu/casa da cultura quilombola e espaço de moradores de palestra com os moradores mais antigos da comunidade.	Finalidade de proporcionar em forma de objetos aos moradores elementos da cultura quilombola e histórica da vila, resgatando a valorização e dado ênfase as histórias que moradores mais velhos da comunidade carregam consigo.
Centro de oficinas quilombolas (artesanato, dança etc.).	Produzir objetos físicos, artes, e danças relacionado a cultura quilombola, ribeirinha e amazônica.

Fonte: PAIXÃO, 2019.

Não pensando somente na maquete como também na possibilidade de mesma em forma de proposta, com a expectativa em que a mesma se torne real, alunos e junto a outros moradores da comunidade propuseram também, um espaço onde possivelmente poderia ser construído este espaço. Trata-se de um terreno baldio, até então abandonado e pertencente a associação quilombola (AFROBRAJU), que tinha uma instalação feita de palhas de arvore e madeira, porém anos atrás sofreu um incêndio acidental (figura 22).

Figura 22: Terreno vazio onde possivelmente o espaço poderia ser construído.



Fonte: PAIXÃO, 2019.

O terreno tem estrutura e tamanho ideal para suportar as instalações necessárias para o espaço, o que torna ainda mais necessárias e consideráveis a proposta elaborada. As propostas foram apresentadas pelos colaboradores do projeto e alunos em uma reunião escolar bimestral para toda a comunidade no dia 28 de junho de 2019 (figura 23).

Figura 23: Apresentação das propostas das possíveis soluções dos problemas encontrados na CRQ Vila Nova Jutáí.



Fonte: PAIXÃO, 2019.

Na oportunidade, Dona Laudelina Moreira uma das anciãs da vila, ressaltou a importância de dar continuidade a cultura, identidade, crenças e tradições pois, “é isso que nos sustenta e mostra que realmente somos, povo negro ribeirinho e batalhador”. A comunidade demonstrou uma aceitação positiva em relação as propostas apresentadas, e de forma otimista ensaiou recorrer as autoridades locais para fazer uso das mesmas, a escola desde o agente de portaria, passando pela área administrativas, de professores e serviços gerais, todos! Se mostraram participativos e sempre quando solicitados procuravam contribuir da melhor forma possível, possibilitando uma troca de experiência única entre o corpo administrativo, docente, e pedagógico, alunos e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa foi possível analisar alguns pontos pertinentes e norteadores, a importância de trabalhar e agregar os conhecimentos africanos e afro-brasileiros a literatura e educação brasileira é algo necessário, aprender sobre tal é também incluir na sociedade estes povos, uma vez que esses cidadãos instruídos se tornam tolerante a esta questão. Trata-se de ter empatia, até aqui muito foi conquistado, no entanto quando recorreremos a estes conhecimentos em forma de pesquisa, pouco se é atribuído e encontrado de material relacionado, talvez esta tenha sido uma das etapas mais difíceis desta pesquisa, atribuindo é claro, ao material levantando sobre a CRQ Vila Nova Jutáí, a qual foi objeto de pesquisa.

O Projeto Nós Propomos desenvolvido em Vila Nova Jutáí município de Breu Branco-PA, teve resultados satisfatórios, uma vez que os objetivos propostos foram atingidos, e as etapas construídas alcançadas. A inteiração e experiências vivenciadas pelos alunos ao longo do projeto, permitiram aos mesmos olhar para o espaço onde vive com uma visão crítica, se colocando no papel de cidadão atuante perante a sociedade, o resultado mais satisfatório foi vivenciar o crescimento educacional de pesquisador e de alunos comprometidos com o projeto, sempre pondo a sua comunidade no bojo das discussões, sempre contribuindo da melhor forma possível quando solicitado.

À comunidade, ficam as propostas de possíveis soluções dos problemas pertinentes de sua formação e enfrentados até hoje, também, a troca mútua de saberes e experiências vivenciados ao longo do projeto. Tendo em vista que a geografia através do ensino de geografia, possibilita uma gama de troca de saberes e experiências, talvez o caminho a ser trilhado seja este, vivenciar as práticas cotidianas dos educandos e entender de que forma contribuir para o ensino e aprendizagem, pode se proporcionar um conhecimento ainda mais significativo e satisfatório, tornando-se necessário considerar as experiências e raízes culturais das comunidades quilombolas no Brasil como forma de valorização da história e cultura quilombola na escola. Uma vez que ao decorrer da trajetória dos quilombolas suas vivências foram silenciadas da história institucional do Brasil com fins de controle.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.W. **Os quilombos e as novas etnias** In: LEITÃO (org.) Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ARIAS, P. G. (2002). **La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia.** Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala.
- AZEVEDO, Fernando. **Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados.** In: Diretrizes e Bases da Educação. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1960 p.58-82.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro De 2003. Brasília, 2003.
- BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- BRASIL. 2. ed. - Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009 (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- CIAVATTA; RAMOS. **A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres.** Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 págs. 13 jan.-abr. 2012 apud Mendes, Durmeval T. (Coord.). Filosofia da educação brasileira. pág.58. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- DIAS, L.R. **Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639.** Paraná, 2003).
- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.** Novembro de 2009
- FREITAS, D. (1984). **Palmares – A guerra dos escravos.** Porto Alegre: Mercado Aberto.
- GIVÂNIA, Maria da Silva. **O currículo escolar: Identidade e educação.** 2011.
- GOMES, Laurentino. **Consciência Negra: 'Escravidão é o assunto mais importante da história brasileira'.** Disponível em: <https://www.bbc.com/>. Acesso em: 5 out. 2019.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 2003.
- LIMA Fabiane Andréa da Silva Barcheski. **Lei 10.639/03: Suas contribuições para uma educação igualitária.** 2010.
- LIMA, Mônica. **A África na sala de aula.** Revista Nossa História. Ano 1, n. 4, fevereiro, 2004

LIMA, MONTEIRO. **O resgate histórico da comunidade Jutai pela textualização oral/escrita de relatos pessoais no 9º ano do fundamental II.** Tucuruí – PA 2016.

LOPES, Alice. **Políticas de integração curricular.** Pág. 21. Rio de Janeiro: Eduerj, Faperj, 2008.

MARQUES, Marta. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional.** GEOUSP – espaço e tempo, N°32. 2012

MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa.** 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

MEC. **Educação escolar quilombola. Educação para as relações étnico raciais.** Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 15 de jul. 2019

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje.** São Paulo, Editora Global, 2006.

OLIVA, A. R. **A história Africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências.** Estudos Afro-asiáticos, Ano 28, n° 1/2/3, jan./dez. de 2006.

Palmares.gov.br

PEDROSO, Sérgio Flores. **A carga cultural compartilhada: a passagem para a interculturalidade no ensino de português língua estrangeira.** Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão.** Brasília MIC/SECULT, 1988.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Rita de Cássia Mota. **Geografia e questão racial: A Lei 10.639/03 no Currículo Oficial de Geografia do Estado de São Paulo.** Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Bacharel em Geografia. São Paulo, 2016.

SANTOS, Renato Emerson dos. **O ensino de geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639.** In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais – O negro na Geografia do

SANTOS, Wellington Oliveira. **Relações raciais, programa nacional do livro didático (PNLD) e livros didáticos de geografia.** Curitiba 2012.

SILVA, Ana Célia da. **A Discriminação do Negro no Livro Didático.** pág. 51 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, **Alberto da Costa. Especial: Entre o Brasil e a África houve uma troca forte e poderosa.** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. acesso em: 30 set. 2019

SOUZA, Marcelo L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná, E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TUAN, Yi-Fu. **Geografia humanística.** in CHRISTOFOLETTI, Antônio (org.). Perspectivas da geografia p. 143 – 164. São Paulo: DIFEL, 1982.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

VIEIRA, DINIZ, MONTEIRO, SANTOS. **Oficina de filmes e relações raciais: Materiais para aplicação da Lei Federal nº 10.639/03 no ensino básico.** Tamoios. Ano VII. Nº 1, 2011 - ISSN 1980-4490.

ANEXO 1



**Projeto "Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica"
Onde vivemos, as nossas preocupações.**

No âmbito do Projeto "Nós propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica", este inquérito tem por objectivo ajudar a conhecer melhor cada um dos participantes, as suas opiniões sobre os problemas locais e o papel de cada um na respetiva resolução.
Em cada pergunta, assinala com X um máximo de três opções.

I. Identificação: Escola _____ Turma ____ Nº ____
Género: Masculino ___ Feminino ___ Idade ____

II – As minhas vivências

1. Para além da casa e Escola, frequento habitualmente:

1. Praia ___ 2. Bares ___ 3. Praças ___ 4. Frentes ribeirinhas/fluviais ___ 5. Espaços esportivos ___ 6. Casa de amigos ___ 7. Igreja ___ 8. Eventos Culturais, tradicionais e simbólicos da comunidade ___
Outros. Quais? _____

2. Pertences a algum grupo esportivo, associação cultural/ambiental, etc? Não ___ Sim ___

2.1. Se Sim, qual? 1. Clube esportivo ou cultural ___ 2. Associação ___ 3. Grupo de igreja ___
Outros. Quais? _____

3. Que problemas há na comunidade onde você vive?

1. Nenhum ___ 2. Poucos ___ 3. Poluição ___ 4. Poucos lugares de convívio/diversão ___ 5. Falta de segurança/policiamento ___ 6. Falta de espaços para jovens ___ 7. Consumo de drogas ___ 8. Falta de oportunidades de futuro para os jovens ___ 9. Falta de identidade e cultura da história quilombola ___ 10. Falta de valorização da história do lugar da comunidade ___
Outros. Quais? _____

4. Qual o papel dos órgãos públicos (Câmara, prefeitura...) na resolução dos problemas locais?

1. Nenhum ___ 2. Solucionar ativamente na resolução dos problemas ___ 3. Ouvir as pessoas ___
4. Promover a limpeza ___ 5. Promover o desenvolvimento ___ 6. Melhorar o policiamento e a segurança ___ 7. Melhorar as condições de vida da população ___ 8. Ajudar a população/os mais pobres ___ 9. Assistência e apoio para o desenvolvimento da cultura quilombola na comunidade ___
Outros. Quais? _____



ANEXO 1

5. E qual o seu papel e o dos seus colegas na resolução dos mesmos problemas?

1. Não podemos solucionar___ 2. Participar em campanhas de sensibilização com os moradores da comunidade___ 3. Não consumir/combater drogas___ 4. Poluir pouco/limpar___ 5. Reciclar___ 6. Identificar/ comunicar problemas___ 7. Ser participativo___ 8. Propor soluções para os problemas relacionados a falta de identidade quilombola na comunidade ___ 9. Se atentar para o problema como a valorização da cultura e história do lugar onde vive___

Outros. Quais?_____

6. Que atividades gostarias de realizar no Projeto "Nós Propomos!..."?

1. Trabalho de grupo ___ 2. Visitas de estudo ___ 3. Conhecer o local onde vivemos___ 4. Atividades práticas ___ 5. Contribuir para a limpeza do local onde vivo/reciclar___ 6. Atividades de sensibilização da população da comunidade___ 7. Elaborar propostas de intervenção local para resolver problemas como a falta da preservação da cultura e história quilombola na comunidade___ 8. Fazer os jovens sentirem-se bem na sua localidade e aflorar em si o auto reconhecimento quilombola___ 9. Apoiar/ valorizar o conhecimento dos idosos junto a história do lugar___

Outros. Quais?_____

7. Quais as tuas expetativas em relação a este Projeto (opcional)?

Obrigado!



ANEXO 2

Vila Célia do Espírito Santo Grande.

QUESTIONÁRIO

PROJETO NÓS PROPOMOS EMEIEF "JUTAI"

PROBLEMATICA: FALTA DE IDENTIDADE E CULTURA QUILOMBOLA NA COMUNIDADE.

- 1- Qual sua opinião a respeito da valorização da identidade e cultura na comunidade?
 Importante () Nem tanto () Não acho necessário
- 2- Você acha que a comunidade sofre com a falta de identidade cultural?
 Sim () Não
- 3- Pra você, existe muitos jovens que não conhecem a história e cultura quilombola?
 Sim () Nem tanto () Não
- 4- Você percebe um certo desprezo por parte da comunidade em relação a valorização da cultura quilombola?
 Sim () Não
- 5- Você acha que a comunidade deve realizar eventos culturais afim de valorizar a identidade quilombola na vila?
 Sim () Não
- 6- Pra você, é importante a difusão da cultura quilombola no meio dos moradores da vila?
 Sim () Nem tanto () Não
- 7- Em relação a cultura quilombola. Você acha que está sendo mantida por parte dos moradores da comunidade?
 Sim () Nem tanto () Não
- 8- Você acha que a identidade quilombola deva ser repassada para as futuras gerações?
 Sim () Não
- 9- Pra você, os moradores de nossa comunidade devem preservar a história e cultura quilombola?
 Sim () Não
- 10- Qual sua opinião para solucionar a falta de identidade e preservação da cultura quilombola?

00 ~~Se as pessoas se reconhecem a tem que dar um trabalho de alto identificação da própria comunidade, esse trabalho primeiro tem que ser feito através de palestra de conscientização para os descendentes da comunidade.~~



ANEXO 3

"Falta de Identidade"

Então, as pessoas que nós entrevistamos sabiam muito sobre a cultura quilombola, e também quando agente elaborou as perguntas as pessoas davam muitos exemplos sobre nós, ou seja, eles falavam que nós tínhamos que batalhar, porque muitos jovens hoje em dia estão fazendo e estão quase se formando na Faculdade Foi através da cultura quilombola, e nós não podíamos deixar de ser quilombos, porque é o que mostra a cultura e a valorização dos quilombos, porque nós passamos mostrar sobre nossa cultura.

